

DE E PARA PORTUGAL.
A CIRCULAÇÃO DE NOBRES NA HISPÂNIA MEDIEVAL
(SÉCULOS XII A XV)¹

*FROM AND TO PORTUGAL.
THE CIRCULATION OF NOBLES IN MEDIEVAL HISPANIA
(12TH-15TH CENTURIES)*

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTO MAYOR PIZARRO
Faculdade de Letras / CEPESE
Universidade do Porto (Portugal)

À memória de
HENRIQUE DAVID E DE LUÍS KRUS

Resumo: A análise da circulação de nobres entre os diferentes reinos peninsulares, desde o século XII até ao século XV, poderá revelar-se um excelente observatório para se compreender melhor, quer a evolução dos poderes nobiliárquico e régio quer a forma como ambos se articularam, num período marcado pela gradual afirmação das monarquias nacionais. Para além destas questões, e com um enfoque especial nas relações entre Portugal e Castela, poderá ser muito interessante verificar até quando, para a nobreza, os laços de parentesco e os interesses das linhagens se sobrepuseram à cada vez maior definição das fronteiras políticas dentro da Hispânia medieval.

Palavras-chave: Nobreza; Monarquia; Poderes Políticos; Fronteira; Parentesco/Linhagem.

Abstract: The analysis of the circulation of nobles among the various peninsular realms, from the 12th to the 15th century, can be an excellent and helpful observatory to a better understanding of the evolution of nobiliary and regal powers, as well as the links between them, in a period marked by the gradual affirmation of national monarchies. Besides these issues, and with a special emphasis on the relationship between Portugal and Castille, it can be of great interest to verify until when, to the nobility, the links of blood and the interest of lineage were superposed to the growing importance of the definition of the political frontiers in medieval Hispania.

Keywords: Nobility; Monarchy; Political Powers; Frontier, Kinship/Lineage.

¹Desenvolvimento, com pequenas actualizações bibliográficas, do texto apresentado oralmente como *Lição-Síntese*, em 10 de Julho de 2007, no âmbito das provas para Professor Agregado (“Catedrático Habilitado”) do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SUMÁRIO

1. Introdução.- 2. A Circulação de Nobres no Espaço Ibérico: contextos políticos e relações régio-nobiliárquicas.- 3. De Portugal: a emigração de linhagens portuguesas.- 4. Para Portugal: a imigração de linhagens peninsulares.- 5. Conclusões.

1. INTRODUÇÃO

A 29 de Agosto de 1641, na Praça da Ribeira de Lisboa, foram degolados D. Luís de Noronha e Meneses (9º Conde e 7º Marquês de Vila Real, 6º Conde de Alcoutim e 7º Conde de Valença), e o seu filho e herdeiro, D. Miguel Luís de Meneses (2º Duque de Caminha), acusados de envolvimento numa conjura, encabeçada por D. Sebastião de Noronha, arcebispo de Lisboa, para derrubar o 8º Duque de Bragança, aclamado havia poucos meses como D. João IV, o 21º Rei de Portugal.

Alguns anos antes, em 1624, morria na prisão e afastado de todos os títulos e cargos D. Pedro Tellez-Girón y Velasco, “*el Grande*” (1574-1624), 3º Duque de Osuna (com Grandeza), 2º Marquês de Peñafiel e 7.º Conde de Ureña, Vice-Rei da Sicília (1610-1615) e Vice-Rei de Nápoles (1615-1620), caído em desgraça perante Filipe IV de Espanha, ou melhor, o todo-poderoso Conde-Duque de Olivares.

Que fará o autor na primeira metade do século XVII, interrogar-se-ão, a acompanhar o final dramático de dois titulares portugueses e de um espanhol?

Com a morte dos dois primeiros extinguiu-se a Casa dos Condes, Marqueses e Duques de Vila Real, terminando de uma forma trágica o exemplo mais notável de sucesso da implantação em Portugal de uma linhagem com origem na Coroa de Castela. Quanto a D. Pedro Telles-Girón —que por varonia pertencia à linhagem portuguesa dos Cunha—, a sua família, exilada em Castela nos últimos anos do século XIV, tinha marcado profundamente a política castelhana de grande parte do século XV.

Os de Noronha e Meneses, ou os da Cunha, porém, não foram casos singulares de fortuna e de sucesso de linhagens nobres em reinos alheios à origem familiar. Ao longo da Idade Média peninsular, com efeito, são muitos os exemplos da circulação de nobres entre os diferentes reinos, a título individual e até colectivo, ou seja, de um ramo da linhagem, com uma fixação mais ou menos prolongada, ou mesmo definitiva no reino de acolhimento.

Uma vez que se trata de uma realidade comum a todos os reinos hispânicos, continuada ao longo de todo o período medieval, creio que a análise da circulação de nobres no espaço ibérico se assume como um excelente observatório para uma melhor compreensão de vários aspectos do comportamento e das características do grupo nobiliárquico. A análise deste fenómeno, por outro lado, que na minha óptica deverá ser especialmente equacionado no âmbito mais vasto da História política, e muito concretamente no quadro do desenvolvimento dos poderes, régio e nobiliárquico, ao longo

da Idade Média, também permite alargar a perspectiva e o campo de reflexão sobre as relações entre os diferentes reinos hispânicos.

O vasto âmbito geográfico enunciado, a *Hispania Medieval*, serve apenas, como é natural, para evidenciar a consciência sobre a globalidade do fenómeno da circulação de nobres. O espaço de que disponho, porém, não permite uma observação tão abrangente, pelo que serei obrigado a restringir o campo de análise a Portugal e a Castela. Todavia, se a redução do âmbito geográfico poderá empobrecer a visão daquela globalidade, ela é substancialmente complementada, na minha perspectiva, pela objectividade de dois factores: em primeiro lugar, porque, no que a Portugal diz respeito, foi com os reinos de Leão e de Castela que se viveu com mais intensidade e frequência a realidade da circulação de nobres; em segundo lugar, porque a exclusão de Navarra e de Aragão permite perspectivar este tema ao longo de uma cronologia muito mais vasta².

Creio que este último aspecto deve ser sublinhado, inclusive pelo seu carácter original, uma vez que os autores que anteriormente se debruçaram sobre esta questão, e foram vários, conduziram os seus estudos em função de conjunturas muito delimitadas, e quase exclusivamente situadas nos finais do século XIV e no século XV, ou seja, e como a seu tempo se verá, no contexto das mudanças dinásticas ou das convulsões políticas do final da Idade Média

²Para além do facto de a inclusão dos reinos de Navarra e da Coroa de Aragão levantar outro tipo de problemas: por um lado, porque os contactos entre a nobreza portuguesa e a daqueles dois reinos, especialmente o primeiro, foram bastante esporádicos; a localização de Navarra e de Aragão junto aos Pirinéus, por outro, favoreceu os contactos com espaços políticos exteriores à Hispânia, como a França ou a Itália, o que exigiria uma amplitude excessiva de análise bibliográfica. Ainda assim, parece-me pertinente indicar alguns estudos importantes para a análise das relações da nobreza daqueles dois reinos com as coroas portuguesa e castelhana: Antonio UBIETO ARTETA, *Relaciones de Aragón y Portugal durante el siglo XII*, in "Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval", Tomo I, Braga, 1963, pp. 29-40; Francisco de MÓXO Y MONTOLIU, *La Casa de Luna (1276-1348). Factor Político y Lazos de Sangre en la Ascensión de un Linaje Aragonés*, Münster, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1990; IDEM, *Estudios sobre las relaciones de Aragón y Castilla (siglos XIII-XV)*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1997; Ernesto FERNÁNDEZ-XESTA Y VÁZQUEZ, *Un Magnate Catalán en la Corte de Alfonso VII. «Comes Poncius de Cabreira, Princeps Cemore»*, Madrid, Ediciones Iberoamericanas, 1991; IDEM, *Relaciones Familiares entre el Condado de Urgel y Castilla y León. Discurso leído el día 28 de Junio de 2001 en la recepción pública del Ilmo. Sr. D. Ernesto Fernández-Xesta y Vasquez y contestación por el Rvdo. e Ilmo. Sr. D. Francisco de Moxó y de Montoliu, Catedrático Emérito de Historia Medieval*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, 2001; Simon BARTON, *Two Catalan magnates in the courts of the kings of León-Castille: the careers of Ponce de Cabrera and Ponce de Minerva re-examined*, "Journal of Medieval History", 18 (1992), pp. 233-266; Carmen BATLLEI GALLART, *Berenguer de Montcada (†1268), un català a la cort de Castella, i la seva família*, "Acta Historica et Archeologica Mediaevalia", 25 (2004), pp. 137-152; Luís Adão da FONSECA, *Contribución para el estudio de las relaciones diplomáticas entre Portugal y Aragón en la Edad Media: el Tratado de alianza de 1255*, in *Jaime I y su Epoca*, "Actas del X Congreso de Historia de la Corona de Aragón", II, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1979, pp. 547-556; Henrique DAVID, Amândio BARRÓS e João ANTUNES, *A Família Cardona e as Relações entre Portugal e Aragão durante o Reinado de D. Dinis*, "Revista da Faculdade de Letras-História", IIª Série, IV (1987), pp. 69-87; Armando Luís de Carvalho HOMEI, *Um Aragonés na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda (1299-1325)*, in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", I, Porto, INIC, 1987, pp. 195-200; Angeles MASÍA DE ROS, *Relación Castellano-Aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*, 2 vols., Barcelona, CSIC, 1994; Maria Teresa FERRER I MALLOL, *Ramón de Cardona, Militar y Diplomático al Servicio de Cuatro Reinos*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1433-1451; Salvador CLARAMUNT, *La Política matrimonial de la Casa condal de Barcelona y real de Aragón desde 1213 hasta Fernando el Católico*, "Acta Historica et Archeologica Mediaevalia", 24 (2003), pp.195-235; Dolores DOMINGO, *A la recerca d'Aurembiaix d'Urgell*, Lleida, Universitat de Lleida, 2007.

peninsular³. Dessa forma, não se puderam perceber as linhas evolutivas do fenómeno, nem detectar os seus traços comuns ou disjuntivos, quer quanto às relações Coroa/Nobreza quer quanto às diferentes dinâmicas da evolução do poder régio, em Castela ou em Portugal e, tal como acima referi, estes aspectos são fundamentais para a sua compreensão⁴.

³Mais recentemente foi ensaiada uma síntese que vai precisamente até à crise dinástica do final do século XIV (cfr. José MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, in "Obras Completas" 1, *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 319-339), mas é esta a primeira vez que se apresenta uma reflexão global.

⁴A bibliografia sobre as relações entre Portugal e Castela é bastante abundante, pelo que me limitarei a enunciar alguns dos trabalhos mais significativos, sem separar os historiadores portugueses dos espanhóis: Vicente ALVAREZ PALENZUELA, *Relaciones Peninsulares en el Siglo de Alcañices (1250-1350). Regencias y minorías regias*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1045-1070; IDEM, *Las Relaciones Castellano-Portuguesas en el Panorama Político Internacional*, in "Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa. Actas", Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 33-50; Humberto BAQUERO MORENO, *Relaciones entre os Reinos Peninsulares (1290-1330)*, in "Congreso Internacional", *Jaime II 700 Años Después*. Actas, Alicante, 1997, pp. 29-41; Isabel BECÉIRO PITA, *Los Poderes Señoriales en los Territorios Fronterizos al Norte del Duero (Siglos XIII-Inicios del XIV)*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1085-1100; María Eugenia CONTRERAS JIMÉNEZ, *Noicias de los Hechos Políticos Portugueses en las Crónicas Castellanas de la Baja Edad Media*, in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", 1, Porto, INIC, 1987, pp. 293-315; María-Mercedes COSTA, *Los Reyes de Portugal en la Frontera Castellano-Aragonesa (1304)*, "Medievalia", 2 (1981), pp. 27-50; Luis Vicente DÍAZ MARTÍN, *Las Fluctuaciones en las Relaciones Castellano-Portuguesas durante el Reinado de Alfonso IV*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1231-1254; Fátima Regina FERNANDES, *O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*, Porto, Faculdade de Letras, 1996 (Dissertação de doutoramento policopiada); Manuel GARCÍA FERNÁNDEZ, *Las Relaciones Internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía: la participación portuguesa en la Gran Batalla del Estrecho, 1325-1350*, in "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", 1, Porto, INIC, 1987, pp. 201-216; IDEM, *Jaime II y la minoría de Alfonso XI (1312-1325). Sus relaciones con la sociedad política castellana*, "Historia. Instituciones. Documentos", 18 (1991), pp. 143-181; IDEM, *Don Dionis de Portugal y la Minoría de Alfonso XI de Castilla (1312-1325)*, "Revista da Faculdade de Letras-História", IIª Série, IX (1992), pp. 25-51; IDEM, *La Política Internacional de Portugal y Castilla en el contexto peninsular del Tratado de Alcañices: 1267-1297. Relaciones diplomáticas y dinásticas*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 903-943; IDEM, *Los hombres del Tratado de Alcañices (12 de septiembre de 1297)*, in *El Tratado de Alcañices*, "Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VII Centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)", Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 219-247; Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ, *Las Relaciones entre Portugal y Castilla durante el Siglo XIII*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 1, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1-24; IDEM, *Las relaciones entre Portugal y Castilla: del Tratado de Badajoz (1267) al Tratado de Alcañices (1297)*, in *El Tratado de Alcañices*, "Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VII Centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)", Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 155-171; Miguel Ángel LADERO QUESADA, *Los Estados Peninsulares a la Muerte de Alfonso X El Sabio*, in "VII Centenario del Infante Don Fernando de la Cerda", Madrid, 1976, pp. 311-337; Gloria LORA SERRANO, *Señoríos y Frontera: la Nobleza Extremeña ante la Guerra Luso-Castellana de Sucesión*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 1, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 385-410; José MARQUES, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994; IDEM, *Relações fronteiriças luso-castelhanas, nos séculos XIV-XV, in Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006)*, "Homenagem a Luís Adão da Fonseca", Porto, Civilização Editora, 2009, pp. 91-141; José Augusto de SOTTO MAYOR PIZARRO, *Relações Político-Nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos "80 Fidalgos"*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1255-1277; IDEM, *A nobreza portuguesa e as relações régio-nobiliárquicas no século de Alcañices (1250-1350)*, in *El Tratado de Alcañices*, "Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VII Centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)", Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 279-298; Leontina VENTURA, *A Fronteira Luso-Castelhana na*

Finalmente, o cunho comparativo e de longa duração dado a esta abordagem também permite revelar alguns desequilíbrios e assimetrias historiográficas entre Portugal e Espanha – leia-se, Coroa de Castela – o que desde logo, e ainda que de forma sintética, não posso deixar de enunciar.

Por volta dos anos finais da década de 60, mas sobretudo a partir dos anos de 1970, dois historiadores marcaram os estudos posteriores sobre a nobreza medieval castelhana e portuguesa: Salvador de Moxó e José Mattoso. Autores de obras profundamente inovadoras, e ainda hoje incontornáveis, foram de certa forma os responsáveis pelo arranque dos estudos sobre a nobreza medieval peninsular, e ainda, o que se deve sublinhar, pela forma como aquela passou a ser entendida e estudada nos anos seguintes. Mas também produziram conceitos, ou adaptaram modelos interpretativos aceites para certas áreas geográficas exteriores à Península, durante muito tempo condicionadores das investigações posteriores, e que ultimamente tiveram que ser matizados. Esses acertos ou até correcções, todavia, são, como creio, o melhor tributo que os investigadores mais recentes poderiam prestar aos seus Mestres, significando a verdadeira importância das suas obras —*só as grandes ideias suscitam a reflexão e a discussão* (Isaac Newton). Vejamos dois exemplos.

Salvador de Moxó publicou em 1969 um trabalho intitulado *De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva*, o qual, para além da sua importância intrínseca, lançou na historiografia os conceitos de “nobreza velha” e de “nobreza nova”, ou seja, que a grande maioria das linhagens que passaram a marcar o panorama nobiliárquico castelhana após a *revolução trastâmara* (nobreza nova), pouco ou nada tinham a ver com as linhagens preponderantes no período anterior, isto é, que se tinham destacado desde os tempos do Imperador Afonso VI (nobreza velha)⁵.

Muito embora o próprio Moxó tenha matizado um pouco esta tese em trabalhos posteriores, o certo é que a ideia da existência de uma *nobreza nova* e de uma *nobreza velha* entrou na linguagem corrente da historiografia espanhola, extravasando mesmo os limites da Coroa de Castela⁶. Hoje em dia essas designações são bastante discutíveis⁷, graças sobretudo a vários trabalhos

Idade Média, in “IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Actas, 1, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 25-52; IDEM, *Relações Internobiliárquicas e Régio-Nobiliárquicas entre Portugal e Castela no Século XIII*, in “Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa. Actas”, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 255-273.

⁵Salvador de Moxó, *De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva. La transformación nobiliária castellana en la Baja Edad Media*, “Cuadernos de Historia”, 3 (1969), pp. 1-210. Deste mesmo autor refira-se ainda, pelo impacto que teve, *La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media. Problemática que suscita su estudio en el marco de una historia social*, “Hispania”, 114 (1970), pp. 5-68.

⁶Num certo sentido estes conceitos encontram-se numa obra que teve algum impacto em Portugal nos anos de 1970/80, cfr. Joel SERRÃO, *O Carácter Social da Revolução de 1383*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985⁶.

⁷Sobre este aspecto, vejam-se os comentários de V. ÁLVAREZ PALENZUELA, *Los Orígenes de la Nobleza Castellano-Leonesa*, in *La Nobleza Peninsular en la Edad Media*, “VI Congreso de Estudios Medievales”, León, Fundación Sánchez Albornoz, 1999, p. 69, nota 2; e ainda à sua excelente análise sobre o tema em *La Nobleza del Reino de León en la Alta Edad Media*, in “El

de reconstituição genealógica que, por um lado, permitem ligar algumas das linhagens que se destacam no início do século XII com a nobreza condal anterior como, por outro, conhecer a continuidade biológica de várias delas para além de 1369, preferindo-se antes a expressão de *Nobreza Renovada*⁸. Seja como for, foi sobre essa “nobreza renovada”, isto é, a Alta Nobreza trastâmara dos séculos XIV e XV, que a historiografia focou a sua principal atenção, não só pelo poder económico e social que atingiu, mas também pelo protagonismo político que desempenhou até à chegada ao trono dos Reis Católicos.

Esta opção, porém, produziu um forte desequilíbrio relativamente à nobreza leonesa-castelhana até meados do século XIV, muito menos estudada do que aquela, como já há algum tempo sublinhara Pascual Martínez Sopena⁹, e mais recentemente Simon Burton e o mesmo Martínez Sopena¹⁰, muito embora a produção de estudos de grande qualidade sobre a nobreza para cronologias mais recuadas tenha aumentado, sobretudo a partir de meados dos anos de 1980¹¹.

Reino de León en la Alta Edad Media”, VII, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1995, 149-329.

⁸María Concepción QUINTANILLA RASO, *La renovación nobiliaria en la Castilla bajomedieval. Entre el debate y la propuesta*, in “La Nobreza Peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales”, León, Fundación Sánchez Albornoz, 1999, pp. 255-295. Para além deste trabalho, sem dúvida alguma incontornável pelo rigor da análise e pela riqueza da informação, vejamos também desta autora, ainda que anteriores: IDEM, *Nobreza y Señoríos en Castilla durante la Baja Edad Media. Aportaciones de la Historiografía reciente*, “Anuario de Estudios Medievales”, 14 (1984), pp. 613-639; IDEM, *Historiografía de una élite de poder: la nobleza castellana bajomedieval*, “Hispania”, L/175 (1990), pp. 719-736; IDEM, *El protagonismo nobiliario en la Castilla Bajomedieval. Una revisión historiográfica*, “Medievalismo”, 7 (1997), pp. 187-233.

⁹Pascual MARTÍNEZ SOPENA, *La Nobreza de León y Castilla en los siglos XI y XII. Un estado de la cuestión*, “Hispania”, LIII/185 (1993), pp. 801-822. Deste mesmo autor veja-se também, mais recentemente, uma excelente análise de carácter metodológico sobre a historiografia relativa à nobreza, cfr. *La aristocracia hispánica. Castilla y León (siglos X-XIII)*, “Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre”, Hors série, 2 (2009) [mis en ligne le 22 janvier 2009. URL: <http://cem.revues.org/index10052.html>].

¹⁰Simon BARTON, *The aristocracy in twelfth-century León and Castille*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 1-2; P. MARTÍNEZ SOPENA, *Tradiciones y tendencias en el Medievalismo español*, “Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre”, 8 (2004) [mis en ligne le 14 mars 2007. URL: <http://cem.revues.org/index931.html>].

¹¹A dissertação de Margarita TORRE SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN (cfr. *Linajes Nobiliarios en León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, León, Junta de Castilla y León, 1999) significou, de certa forma, o corolário do trabalho de um punhado de investigadores da nobreza dos séculos X-XIII, de entre os quais destacaria: P. MARÍNEZ SOPENA, *La Tierra de Campos Occidental: poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*, Valladolid, 1985 (especialmente pp. 321-421); IDEM, *Parentesco y poder en León durante el siglo: la 'casata' de Alfonso Díaz*, “Studia Historica”, 5 (1987), pp. 33-87; IDEM, *El conde Rodrigo de León y los suyos: herencia y expectativa del poder entre los siglos X y XII*, in *Relaciones de Poder, de Producción y Parentesco en la Edad Media y Moderna* (comp. Reyna Pastor), Madrid, 1990, pp. 51-84; IDEM, *Relations de parenté et héritage wisigothique dans l'aristocratie du royaume de León au XI.e siècle*, in *L'Europe Héritière de l'Espagne Wisigothique*, Madrid, 1992, pp. 315-324; Isabel PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, *Infanzones y Caballeros, su proyección en la esfera nobiliaria castellano-leonesa (siglos IX-XI)*, Madrid, Universidad Complutense, 1979; Carlos ESTEPA DIEZ, *La Nobreza Leonesa en los Siglos XI y XII*, Astorga, 1984; Ermelindo PORTELA e María del Carmen PALLARES, *Elementos para el análisis de la aristocracia altomedieval de Galicia: parentesco y patrimonio*, “Studia Historica”, 5 (1987), pp. 17-32; IDEM, *Algunos problemas relativos a la evolución de las estructuras familiares de la nobleza medieval gallega*, in *Parentesco, Familia y Matrimonio en la Historia de Galicia* (ed. J. C. Bermejo), Santiago de Compostela, 1988, pp. 25-39; IDEM, *Aristocracia y sistema de parentesco en la Galicia de los siglos centrales de la Edad Media. El grupo de los Traba*, “Hispania”, LIII/185 (1993), pp. 823-840; María del Carmen PALLARES

Como é evidente, este desequilíbrio também se justifica em função das fontes. Com efeito, a historiografia castelhana não dispõe, por exemplo, de textos genealógicos com a qualidade dos nobiliários medievais portugueses, que cobrem com bastante rigor as gerações dos séculos XII até à primeira metade do século XIV¹², ou das *Inquirições Gerais* dos séculos XIII e XIV¹³, que assim poderiam minorar as dificuldades levantadas pela dispersão de vastos fundos documentais, especialmente monásticos —incontornáveis para o estudo da nobreza alti-medieval— e naturalmente proporcionais a uma área geográfica muito maior do que a portuguesa.

Em contrapartida, os investigadores da *nobreza renovada* contaram com outro tipo de acervos documentais, como sejam os dos arquivos senhoriais, especialmente notáveis para as principais casas tituladas¹⁴, já para não falar de diversos tipos de textos cronísticos ou narrativos riquíssimos em informações sobre a nobreza¹⁵, ou textos genealógicos de primeira qualidade

MÉNDEZ, *Ilduara, una aristócrata del siglo X*, Santiago de Compostela, Seminario de Estudos Galegos, 1998; M. TORRE SEVILLA-QUINONES DE LEÓN, *La Familia de Diego Ansúrez, Conde de Astorga (Siglos X-XII)*, "Astórica", 16 (1997), pp. 195-204; IDEM, *Relaciones Fronterizas entre Portugal y León en Tiempos de Alfonso VII: el Ejemplo de la Casa de Traba*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval". *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas*, 1, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 301-312; IDEM, *El Reino de León en el Siglo X: El Condado de Cea*, León, Ediciones Universidad de León, 1998; I. BECEIRO PITA, *Parentesco y consolidación de la aristocracia en los inicios de la Corona de Castilla (Siglos XI-XIII)*, "Meridies", 2 (1995), pp. 49-71; Jaime de SALAZAR ACHA, *Una familia de la alta Edad Media: los Velas y su realidad histórica*, "Estudios Genealógicos y Heráldicos", 1 (1985), pp. 19-64; IDEM, *El conde Fernando Peláez: un rebelde leonés del siglo XI*, "Anuario de Estudios Medievales", 19 (1989), pp. 87-97; IDEM, *Los Descendientes del Conde Ero Fernández, fundador del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pallares*, in "Galicia en la Edad Media. Actas del Colóquio", Madrid, SEEM, 1990, pp. 67-86; IDEM, *El linaje castellano de Castro en el siglo XII: consideraciones e hipótesis sobre su origen*, "Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía", 1 (1991), pp. 33-68; Simon BARTON, *Sobre el conde Rodrigo Pérez «el Velloso»*, "Estudios Mindonienses", 5 (1989), pp. 653-661; Ana RODRÍGUEZ LÓPEZ, *Linajes nobiliarios y monarquía castellano-leonesa en la primera mitad del siglo XIII*, "Hispania", LIII/185 (1993), pp. 841-859; António SÁNCHEZ DE MORA, *La Trama Vasallática de los Lara: una aproximación prosopográfica*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval". *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas*, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1101-1122; IDEM, *La Nobleza Castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, Burgos, 2007; Simon R. DOUBLEDAY, *The Lara Family. Crown and Nobility in Medieval Spain*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 2001.

¹²*Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume I, Livros Velhos de Linhagens* (Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências, 1980; Volume II (Tomos 1 e 2), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Edição crítica por José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

¹³*Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1888-1979; *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume III, Inquisitiones, Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottó Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2007.

¹⁴A título de exemplo, vejamos alguns dos estudos de Alfonso FRANCO SILVA em grande medida beneficiários dos fundos do Arquivo Ducal de Medina Sidónia (cfr. *El Señorío Toledano de Montalban. De Don Alvaro de Luna a los Pacheco*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 1992; *La Fortuna y el Poder. Estudios sobre las bases económicas de la aristocracia castellana (S. XIV-XV)*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 1996; *Señores y Señoríos (Siglos XIV-XVI)*, Jaén, Universidad de Jaén, 1997; *Entre la Derrota y la Esperanza. Don Diego López Pacheco, Marqués de Villena (mediados del siglo XV-1529)*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2005; *Estudios sobre la Nobleza y el Régimen Señorial en Andalucía (Siglos XIV, mediados del XVI)*, Granada-Cádiz, Universidad de Granada y Universidad de Cádiz, 2006).

¹⁵*Cronicas de los reyes de Castilla: desde Don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel* (colección ordenada por D. Cayetano Rosell), 3 vols., Madrid, Atlas, 1953; Però LÓPEZ DE AYALA, *Coronica del rey Don Pedro* (edición y estudio por Constance L. Wilkins y Heanon M. Wilkins), Madison, Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1985; IDEM,

para os séculos XIV e XV¹⁶, que permitiram o estudo detalhado de muitas das grandes casas nobres castelhanas da Baixa Idade Média, não apenas em termos de actuação política, mas também nos planos senhorial e económico¹⁷.

Esta referência às fontes permite-me fazer o contraponto com a historiografia portuguesa que se debruçou sobre a nobreza medieval. Na verdade, e como acima referi, os investigadores portugueses contam com fontes muito mais ricas para o estudo da nobreza dos séculos XI até à primeira metade do XIV do que para o período final da Idade Média, facto que é plenamente constatável através da produção historiográfica dos últimos trinta anos¹⁸.

Aliás, a obra de José Mattoso e a incidência cronológica dos seus trabalhos veio acentuar ainda mais este desequilíbrio, uma vez que foram os

Crónica del Rey Don Pedro y del Rey Don Enrique, su hermano, hijos del rey don Alfonso Onceno (estudio preliminar de Germán Orduna y José Luis Moure), 2 vols., Buenos Aires, 1994-97; IDEM, *Libro rimado de palacio* (edición de Kenneth Adams), Madrid, Cátedra, 1993; Fernán PÉREZ DE GUZMÁN, *Generaciones y semblanzas* (edición de José Antonio Barrio Sánchez), Madrid, Cátedra, 1998; Lope GARCÍA DE SALAZAR, *Las Bienandanzas e fortunas: código del siglo XV*, 4 vols., Bilbao, Gráficas Ellacuría, 1967; María Consuelo VILLACORTA MACHO, *Edición crítica del "Libro de las buenas andanzas e fortunas que fizo Lope García de Salazar"*: (Títulos de los libros XIII, XVIII, XX, XXI, XXIV y XXV), Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2005; Pedro CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II* (edición y estudio por Juan de Mata Carriazo; presentación por Manuel González Jiménez; estudio preliminar por Rafael Beltrán Llavador), Granada, Universidad, 2006; *Crónica de Don Alvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestro de Santiago* (edición y estudio por Juan de Mata Carriazo), Madrid, Espasa-Calpe, 1940; *Hechos del Condestable don Miguel Lucas de Iranzo: crónica del siglo XV* (edición y estudio por Juan de Mata Carriazo), Madrid, Espasa-Calpe, 1940; Diego de VALERA, *Memorial de diversas hazañas: crónica de Enrique IV* (edición y estudio por Juan de Mata Carriazo), Madrid, Espasa-Calpe, 1941; Alonso de PALENCIA, *Crónica de Enrique IV* (introducción de A. Paz y Meliá), 3 vols., Madrid, Atlas, 1973; Fernando del PULGAR, *Crónica de los Reyes Católicos* (edición y estudio por Juan de Mata Carriazo), 2 vols., Madrid, Espasa-Calpe, 1943.

¹⁶A tese de doutoramento de Rafael SÁNCHEZ SAUS contém indicações preciosas sobre esse tipo de fontes (cfr. *Caballería y Linaje en la Sevilla Medieval. Estudio Genealógico y Social*, Cádiz, Diputación Provincial de Sevilla/Universidad de Cádiz, 1989). Veja-se, mais recentemente e a título de exemplo, a edição primorosa levada a cabo por Arsénio DACOSTA, *El «Libro de los Señores de Ayala» y otros textos genealógicos. Materiales para el estudio de la conciencia del linaje en la Baja Edad Media. Edición y estudio introductorio a cargo de ...*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 2007.

¹⁷Longe de pretender ser exaustivo, não poderia deixar de citar alguns trabalhos que, desde uma perspectiva portuguesa, marcaram especialmente o panorama historiográfico sobre esta temática: M. C. QUINTANILLA RASO, *Nobleza y Señorios en el Reino de Córdoba: la Casa de Aguilar (siglos XIV y XV)*, Córdoba, Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1979; IDEM, *La Nobleza Señorial en la Corona de Castilla*, Granada, Universidad de Granada, 2008; José GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las casas nobles y sus relaciones estamentales*, Santiago de Compostela, Editorial Bibliófilos Gallegos, 1981; R. SÁNCHEZ SAUS, *Caballería y Linaje en la Sevilla Medieval*, Cádiz, Diputación Provincial de Sevilla/Universidad de Cádiz, 1989; IDEM, *La Nobleza Andaluza en la Edad Media*, Granada, Universidades de Granada e Cádiz, 2005; Marie-Claude GERBET, *La Nobleza en la Corona de Castilla. Sus estructuras sociales en Extremadura (1454-1516)*, Cáceres, Institución Cultural «El Brocense», 1989; Jesús D. RODRÍGUEZ VELASCO, *El debate sobre la caballería en el siglo XV: la tratadística caballeresca castellana en su marco europeo* [Valladolid], Junta de Castilla y León, 1996; M.-A. LADERO QUESADA, *Los Señores de Andalucía. Investigaciones sobre nobles y señorios en los siglos XIII a XV*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 1998; Margarita CABRERA SÁNCHEZ, *Nobleza, Oligarquía y Poder en Córdoba al final de la Edad Media*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998; Carlos HEUSCH, *La Caballería castellana en la baja edad media: textos y contextos* (colaboración de Jesús Rodríguez Velasco), Montpellier, Université de Montpellier III, 2000; Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols., La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000.

¹⁸O balanço mais recente sobre a produção historiográfica relativa à nobreza medieval já tem mais de dez anos (cfr., J. MATTOSO, *Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa*, in "Obras Completas". 1, 2000, pp. 341-362).

séculos XI e XII que atraíram a sua atenção e sobre os quais produziu as suas análises mais fecundas, alargando-as depois, a propósito de diversas temáticas, para, sobretudo, o século XIII e primeira metade do século XIV, precisamente as cronologias mais trabalhadas pelos seus discípulos¹⁹.

Em suma, em Portugal, qualquer síntese que se promova sobre a nobreza na Idade Média será, ainda hoje, quase seguramente lacunar no que respeita aos séculos XIV e XV, como as sínteses já feitas em Espanha, e que supostamente pretendem cobrir todo aquele período, são construídas maioritariamente sobre a realidade dos séculos XIV e XV, alargando mesmo as suas análises aos inícios do XVI, dificultando sobremaneira os estudos comparativos²⁰.

O caso dos rendimentos das casas senhoriais no século XV é paradigmático do que acabo de afirmar. Naquela centúria a casa ducal de Medina Sidónia auferia anualmente 11 milhões de maravedis, 4 milhões os Zuñiga, ou 1,2 milhões os Sotomayor, condes de Belalcácer. Para termos uma noção da grandeza destes rendimentos, a mesa mestral da Ordem de Santiago no mesmo período rendia 16 milhões de maravedis por ano²¹. Não creio que seja possível avançar os números correspondentes para as ordens militares portuguesas ou para qualquer casa titular, nem mesmo a de Bragança²².

Finalmente, a adopção de modelos interpretativos construídos a partir de certas realidades da sociedade nobre francesa, e utilizados pela historiografia ibérica levaram, na minha perspectiva, a uma série de conclusões sobre o comportamento e a evolução da nobreza desadequadas à realidade peninsular, ou pelo menos portuguesa e castelhana, como se verá a seguir. Como creio ter demonstrado, pelo menos para Portugal, a adopção integral do sistema linhagístico pela nobreza daqueles espaços foi muito mais tardio, e só a partir da introdução do morgadio, nos finais do século XIII ou início do seguinte, é que esse modelo de estruturação da família nobre produziu os resultados

¹⁹J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Estrutura e evolução da família nobre (Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, [1987] 1995; IDEM, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, [1997] 1999; Luis KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, [1989] 1994; L. VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1992; António Resende de OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, [1992] 1994; Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV). Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, [1993] 1995; Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1996] 2000.

²⁰I. BECEIRO PITA e Ricardo CÓRDOBA DE LA LLAVE, *Parentesco, Poder y Mentalidad. La Nobleza Castellana (Siglos XII-XV)*, Madrid, CSIC, 1990; M.-C. GERBET, *Les Noblesses Espagnoles au Moyen Age, XI^e-XV^e Siècle*, Paris, Armand Colin, 1994.

²¹Emilio CABRERA, *Los Grupos Privilegiados en Castilla en la Segunda Mitad del Siglo XV, in El Tratado de Tordesillas y su Epoca*. "Congreso Internacional de Historia", 1, Madrid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 265-290.

²²Maria Helena da Cruz COELHO, *O Peso dos Privilegiados em Portugal*, in *El Tratado de Tordesillas y su Epoca*, "Congreso Internacional de Historia", vol.I, Madrid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 291-314; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1999; Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

verificados na França do Norte, dois séculos antes²³. Não será por acaso, finalmente, que algumas análises mais recentes sobre a nobreza castelhana apontem a segunda metade do século XIV e o século XV como o verdadeiro palco das linhagens²⁴.

2. A CIRCULAÇÃO DE NOBRES NO ESPAÇO IBÉRICO: CONTEXTOS POLÍTICOS E RELAÇÕES RÉGIO-NOBILIÁRQUICAS

A questão que acabei de enunciar, ou seja, a adopção tardia do sistema linhagístico, é essencial para a compreensão dos factores que explicam o fenómeno da circulação de nobres na Idade Média, e permite-me introduzir o segundo dos exemplos mais atrás enunciado. Com efeito, num dos seus artigos mais emblemáticos, “*Cavaleiros Andantes: a Ficção e a Realidade*”, José Mattoso equacionou o problema da emigração de vários nobres portugueses, sobretudo para a Coroa de Castela, à luz do pressuposto de que alguns deles eram vítimas da aplicação de medidas que visavam a protecção da integridade do património das linhagens, ou seja, a exclusão dos filhos segundos e das filhas da herança paterna. Como consequência, muitos desses indivíduos tinham procurado a sobrevivência no reino vizinho, tendo alguns destes “cavaleiros-andantes”, poucos, encontrado a fortuna e o sucesso, e quase todos a morte violenta ou o esquecimento²⁵. A maioria dos exemplos carreados para esse artigo, porém, estava claramente associada a factores de ordem política. Parece-me que essa é a perspectiva correcta para colocar a questão.

De facto, creio ter demonstrado que a exclusão dos filhos secundogénitos da herança paterna só aconteceu em Portugal —e parece que os meus colegas espanhóis foram chegando à mesma conclusão para a nobreza castelhana²⁶—, depois da introdução do regime de morgadio²⁷. À data da publicação original daquele artigo (1981), contudo, as hipóteses de interpretação avançadas pelo meu Mestre eram as mais plausíveis, tendo em conta, por um lado, as poucas fontes publicadas e, por outro, o que se podia observar através de alguns indícios, entre os quais o exercício e/ou a transmissão dos principais cargos curiais e das tenências, ou seja, do exercício

²³J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, 2, pp. 565-592.

²⁴E. PORTELA e M.C. PALLARES, *Aristocracia y sistema de parentesco*, pp. 838-840; I. BECEIRO PITA e R. CORDOBA DE LA LLAVE, *Parentesco, Poder y Mentalidad*, pp. 51 e 88-107; M.C. QUINTANILLA RASO, *La Renovación Nobiliaria*, pp. 283-287.

²⁵J. MATTOSO, *Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade*, in “Obras Completas”. 7 – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 259-271.

²⁶Ver a bibliografia indicada por J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 567-568, nota 52 (à qual se poderia justamente acrescentar o trabalho de E. PORTELA e M.C. PALLARES, *Aristocracia y sistema de parentesco*, ou, por mais recente e para uma área menos conhecida, a excelente tese de A. DACOSTA, *Los Linajes de Bizkaia en la Baja Edad Media: poder, parentesco y conflicto*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2003, pp. 191-210).

²⁷J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 585-591.

de funções políticas pelos membros das linhagens da alta nobreza de corte²⁸. Na verdade, o exercício de funções ou de cargos, assumidos como hereditários por algumas linhagens, não eram passíveis de uma divisão entre vários herdeiros. Mas, como então afirmei, e penso que com bons argumentos, esse agnatismo político coexistia com um arraigado cognatismo patrimonial²⁹.

Posta a questão nestes termos, bem se poderia dizer que a ficção era muito mais sedutora do que a realidade. Mas também é verdade que a partilha hereditária exercera uma erosão tão profunda dos bens familiares, que não duvido da existência de exemplos de linhagens, menos favorecidas patrimonialmente, em que cada herdeiro receberia pouco mais do que no caso daquela suposta exclusão. Assim sendo, não me repugna aceitar que em vários casos a alternativa de uma vida errante fosse bem real; mas, sublinho, as causas principais da emigração de nobres foram os factores políticos³⁰.

Os diversos autores, portugueses ou espanhóis, que analisaram a questão da circulação de nobres no espaço peninsular já tiveram a oportunidade de definir, ainda que sectorialmente, os principais contextos que traduziram uma maior ou menor dinâmica daquele fenómeno.

Como é natural, nem sempre as conjunturas foram semelhantes de um e do outro lado da fronteira³¹. Parece-me, contudo, que para a cronologia em

²⁸Eu próprio, em trabalho de 1987, segui esse modelo interpretativo (cfr. J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó*), posteriormente corrigido (vd. nota anterior).

²⁹IDEM, *ibidem*, p. 620.

³⁰Naturalmente houve outros factores, como a trajectória pessoal de um ou outro indivíduo, como foi o caso do Mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia, ou as alianças matrimoniais; estas, porém, surgiam as mais das vezes como consequência de exílios e estes, quase sempre, tiveram na sua origem razões de natureza política, o mesmo acontecendo com trajectórias que, posteriormente, aparentam características de *aventura* (sobre muitos destes aspectos veja-se o recente e luminoso trabalho de P. MARTÍNEZ SOPENA, *La península, espacio de la nobleza. Cortes, fronteras y andanzas (ca. 1085-1230)*, in *Viajar en la Edad Media*, "XIX Semana de Estudios Medievales" (Nájera, del 4 al 8 de Agosto de 2008). Actas" (coord. de José Ignacio de la Iglesia Duarte), Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 229-272).

³¹Para o contexto político geral veja-se, para Portugal (uma vez que este trabalho se publica numa revista espanhola, abstenho-me de indicar a correspondente bibliografia para Castela): J. MATTOSO, *A Monarquia Feudal (1096-1325)*, in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309; IDEM, *1258-1264: o triunfo da monarquia portuguesa. Ensaio de história política*, in "Obras Completas", 1, 2000, pp. 529-560; IDEM, *Revolúções e revoluções na Idade Média portuguesa*, in "Obras Completas", 1, 2000, pp. 421-437; IDEM, *A crise de 1245*, in "Obras Completas", 8 - *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 47-60; IDEM, *A guerra civil de 1319-1324*, in "Obras Completas", 8, pp. 217-227; Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (III de *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenado por ...), Lisboa, Editorial Presença, 1996; A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (vol. IV de *Nova História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1987; Maria João Violante BRANCO, *Portugal no Reino de Leão. Etapas de uma Relação (866-1179)*, in "El Reino de León en la Alta Edad Media", Volume IV, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, pp. 533-625; José ANTUNES, António Resende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, *Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão* (Sep. da "Revista de História das Ideias", VI), Coimbra, 1984. De bastante utilidade são ainda as recentes biografias régias, pouco conhecidas pela historiografia espanhola: J. MATTOSO, *D. Afonso Henriques*; Maria João Violante BRANCO, *D. Sancho I*; Herminia Vasconcelos VILAR, *D. Afonso II*; Hermenegildo FERNANDES, *D. Sancho II*; L. VENTURA, *D. Afonso III*; J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *D. Dinis*; B. V. SOUSA, *D. Afonso IV*; Cristina PIMENTA, *D. Pedro I*; Rita Costa GOMES, *D. Fernando*; M. H. C. COELHO, *D. João I*, Lisboa; Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*; Saul António GOMES, *D. Afonso*

que assenta este estudo – séculos XII a XV –, e para os dois reinos de Portugal e Castela se podem definir dois períodos, ambos separados pelos meados do século XIV: o primeiro estaria balizado entre o reinado do Imperador Afonso VI (1065-1109) e as mortes de Afonso XI de Castela e de Afonso IV de Portugal (1350 e 1357, respectivamente); o segundo período arrancaria, por isso, com os reinados dos respectivos filhos e homónimos —Pedro I, *o Cruel* de Castela (1350-1369) e Pedro I, *o Cruel* de Portugal (1357-1367)— prolongando-se até à morte de D.João II de Portugal (1495).

O reinado de Afonso VI justifica-se, por um lado, pela sua importância enquanto momento de reunificação das duas entidades políticas mais importantes do Ocidente peninsular, Leão e Castela, e pelo prestígio que se estendeu aos restantes reinos hispânicos, atingindo o auge com a conquista de Toledo, em 1085; para além, por outro, de então surgir o Condado Portucaleense, em 1096, embrião do reino português. Na conclusão desse primeiro período vamos encontrar dois reinados que verdadeiramente fecham um ciclo: em Portugal com Afonso IV, responsável pela finalização de uma primeira etapa de centralização régia, cujo início se poderia fazer recuar a D. Afonso II (1211-1223), mas que é sobretudo notável a partir dos reinados do seu avô e do seu pai, D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325) —será em boa verdade entre 1248 e 1357 que se configurou e estruturou o reino de Portugal; em Castela, com Afonso XI, que devolveu à autoridade régia a dignidade muitas vezes dissolvida na voragem nobiliária e nas contradições internas da própria realeza, factores que, desde os anos de 1260/70, tinham conduzido a Coroa de Castela para uma instabilidade política e social continuada, ainda para mais agravada por sucessivas minoridades régias³².

O segundo período abre com dois reinados que verdadeiramente marcam o início da crise e das mutações políticas da Baixa Idade Média: de uma forma óbvia com o rei castelhano, cuja vida termina tragicamente em 1369, originando uma mudança dinástica (Trastámara), seguida por um largo período de instabilidade que se irá acentuar ao longo do século XV —sobretudo durante os reinados de João II e de Henrique IV— até à chegada ao poder dos Reis Católicos³³; menos evidente com o monarca português, pai de dois reis, D. Fernando I e D. João I, que também foram agentes de instabilidade ou de transição dinástica (Avis), vivendo como protagonistas e

V; L.A. FONSECA, *D.João II* (Volumes 1 a 13 da colecção “Reis de Portugal”), Lisboa, Círculo de Leitores, 2005-2006. A sempre esquecida ou mal-amada Rainha de Portugal Dona Beatriz (1383-1385), filha de D. Fernando I de Portugal e mulher de João I de Castela, mereceu há pouco tempo um estudo biográfico de excepcional qualidade. Cfr. César OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal. La Pugna Dinástica Avis-Trastámara*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», 2005.

³²É verdade que este primeiro período se poderia talvez dividir em dois, tendo como charneira os anos de 1230/1240, com a fusão definitiva de Leão e Castela, por um lado, e, por outro, com a quase conclusão do processo de *Reconquista*, efectivo para Portugal, com a conquista do Reino do Algarve, em 1249, notável também para Castela (Sevilha, 1248), mas não conclusivo, uma vez que o Reino de Granada sobreviverá até ao final do século XV.

³³Julio VALDEÓN BARUQUE, *Los Conflictos sociales en el reino de Castilla en los siglos XIV y XV* (1986), Madrid, Ediciones Siglo XXI; Maria del Carmen CARLÉ, ET ALII, *Las Mutaciones de los Siglos XIV y XV en Castilla. Reflexiones sobre el tema*, “Cuadernos de Historia de España”, LXX (1988), pp. 89-152.

vizinhos as “perturbações” castelhanas. Ciclo que se encerra com D. João II de Portugal (1481-1495), que de uma forma evidente deu continuidade às anteriores políticas de centralização e consolidação do poder régio, com consequências nas relações com a alta nobreza, a par de uma vigorosa política no âmbito da expansão marítima e das relações externas, nomeadamente com os Reis Católicos. Estes, finalmente, iniciaram uma sólida política de cunho centralizador, que necessariamente também passou pelo controle da nobreza. A chegada à América, primeiro, e à Índia e ao Brasil, depois, transformaria definitivamente as relações entre a Coroa e a Nobreza dos dois reinos ibéricos, pelo que a data da morte de D. João II de Portugal (1495) me parece a mais adequada.

Para o primeiro período seria difícil, se não mesmo impossível, analisar melhor o contexto político dos séculos XII a XIV, do ponto de vista deste tema, do que já foi feito por José Mattoso em um dos seus estudos mais conhecidos: *A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença*, de 1981³⁴, complementado e desenvolvido por outros dois, em 1997 e em 1999³⁵. Mas esta perspectiva tem que ser necessariamente complementada por uma visão castelhana da questão, para o que, diga-se, não é tão fácil seleccionar um único autor³⁶.

Em linhas muito gerais, o século XII caracteriza-se, na primeira metade, por um lado, e num quadro de forte pressão almorávida, pela morte e sucessão do Imperador Afonso VI e pelo conturbado reinado de sua filha Urraca, a braços com a sua complexa união com Afonso I de Aragão e antagonizada pelos apoiantes, especialmente galegos, do seu filho, o depois Imperador Afonso VII de Leão e Castela; e, por outro, pela independência do Condado Portucalense a partir de 1128, revelando intensas relações entre as nobrezas portuguesa e galega —o que, de resto, configurava uma continuidade em relação com a centúria anterior—, de que resultou a fixação em Portugal de várias linhagens com essa origem (Celanova, Soverosa e Valadares, por exemplo).

A segunda parte do século XII continuou marcada pelo longo reinado de D. Afonso Henriques e pelo do seu filho D. Sancho I, e pela nova

³⁴J. MATTOSO, *A Nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença*, in “Obras Completas”, 8, 2002, pp. 129-147. Como perspectiva geral continua insuperada, na minha opinião, a sua síntese de 1982, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, in *Obras Completas*, 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 11-179.

³⁵*A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular e A Nobreza Medieval Portuguesa (séculos X a XIV)*, in “Obras Completas”, 1, 2000, pp. 319-339 e 295-318, respectivamente (os quais, como o Autor reconhece, eram em muito devedores dos vários estudos dos malogrados Professores Henrique David e Luís Krus, e que adiante se referem).

³⁶V. A. ÁLVAREZ PALENZUELA, *La Nobleza del Reino de León en la Alta Edad Media*, 1995, 149-329, e IDEM, *Los Orígenes de la Nobleza Castellano-Leonesa*, 1999, pp. 67-88; P. MARTÍNEZ SOPENA, *La aristocracia hispánica. Castilla y León (siglos X-XIII)*, 2009; Cesar GONZÁLEZ MINGUEZ, *La nobleza castellano-leonesa en tiempos de Fernando IV (1295-1312): una aproximación desde la historia del poder*, in *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las “Jornadas conmemorativas del VII Centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)”*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1999, pp. 249-277, e IDEM, *El Proyecto Político de la Nobleza en el Reinado de Fernando IV de Castilla (1295-1312)*, in “Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa. Actas”, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 163-180.

separação de Leão e Castela, à morte de Afonso VII. Muito embora se continue a assistir à chegada a Portugal de linhagens de proveniência galega, como é o caso dos Limas, essa parece ser uma manifestação tardia de um fenómeno cronologicamente anterior. Na verdade, e para além de uma clara aproximação entre as cortes portuguesa e leonesa, de que são expressão maior as alianças matrimoniais de Fernando II e de Afonso IX de Leão com princesas portuguesas, tudo leva a entender que a pujança da nobreza galega esmorece a partir da morte do Imperador Afonso VII, e especialmente com o cada vez maior protagonismo das nobrezas leonesa e castelhana após a divisão de 1157³⁷. Isso explicará as alianças de alguns magnates portugueses com senhoras de origem leonesa, a poderosa influência na corte dos senhores de Bragança, com origem idêntica, e os significativos exílios políticos na corte de Fernando II e de Afonso IX de várias figuras cimeiras da corte portuguesa, como os alferes Mem Fernandes de Bragança, Pero Pais da Maia ou Martim Vasques de Soverosa.

Como traço a reter desta época, sublinharia o facto de serem desconhecidos exemplos de fixação de linhagens portuguesas fora do reino, para além dos referidos exílios políticos de maior ou menor duração mas sem implicar afastamentos definitivos, e, pelo contrário, uma significativa entrada em Portugal de linhagens galegas. Segundo José Mattoso, e num quadro de acentuada dinâmica de conquistas (Lisboa e Santarém), a nobreza portuguesa não tinha necessidade de procurar em outros lugares o que lhe era oferecido no seu próprio reino, ou seja, alargamento territorial e, logo, a possibilidade de criar novos senhorios³⁸. Adiante abordarei este aspecto com mais detalhe.

O século XIII inverte claramente a tendência anterior, ou seja, assiste a uma acentuada emigração de nobres portugueses para Leão e Castela³⁹, ao mesmo tempo que diminui a entrada de nobres do reino vizinho. Num trabalho já com mais de vinte anos, Henrique David e eu próprio tivemos a oportunidade de sintetizar os principais momentos dessa realidade, que agora recupero com mais alguns detalhes⁴⁰:

—O reinado de D. Afonso II (1211-1223), que verdadeiramente coincide com o início da política régia de centralização do poder, e de que é um bom exemplo o bem conhecido confronto entre o rei e as suas irmãs, levando até ao exílio três irmãos do monarca, os Infantes Pedro e Fernão Sanches e o bastardo régio Martim Sanches, e a mais poderosa linhagem da nobreza, os senhores de Sousa. Alguns destes exilados passaram pela corte de Afonso IX de Leão, mas também pela de Jaime I de Aragão, entre os quais os trovadores Garcia Mendes de Sousa ou João Soares de Paiva;

³⁷V.A. ÁLVAREZ PALENZUELA, *Los Orígenes de la Nobleza Castellano-Leonesa*, 1999, pp. 83-87.

³⁸J. MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular*, pp. 327-328.

³⁹Preferentemente, e até à união definitiva de 1230, para a corte de Afonso IX de Leão.

⁴⁰Henrique DAVID e J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)*, in "II Jornadas de Historia Sobre Andalucía y el Algarbe (Siglos XII-XVIII)", Sevilla, Universidad de Sevilla, 1990, pp. 5-20.

—O conturbado reinado de D. Sancho II (1223-1248), com a “Guerra Civil” de 1245-1248, que terminou com a deposição e exílio do monarca, e a entronização de seu irmão, D. Afonso III (1248-1279), originando a saída de um número muito considerável de nobres portugueses, presentes nas campanhas de reconquista levadas a cabo por Fernando III e pelo Infante D. Afonso, depois Afonso X, o *Sábio*, na Andaluzia e em Múrcia, sendo alguns deles beneficiados pelos respectivos *repartimientos*, como tão bem foi demonstrado através dos estudos pioneiros de Henrique David⁴¹. Muito embora a maioria tenha regressado a Portugal, alguns deles fixaram-se em Castela (Barroso, Portocarreiro ou Vinhal), como veremos depois;

—O reinado de D. Afonso III assistiu à chegada à corte portuguesa dos Teles, parentes do monarca, a uma presença esporádica dos Castro, ou ao regresso dos Limas, mas também à saída para Castela —onde permaneciam os Soverosa desde o exílio do monarca anterior—, dos Riba de Vizela, agastados com a renovação dos cargos curiais levada a cabo pelo *Bolonhês*, entre 1261 e 1264, no quadro do reforço do poder régio;

—Os últimos anos de reinado de Afonso X, o *Sábio*, especialmente os mais dramáticos da sua estância em Sevilha, para onde se dirigiu a sua filha Dona Beatriz, rainha viúva de Portugal, acompanhada por um séquito composto por alguns membros da alta nobreza da corte portuguesa, agastados com a atitude centralizadora do jovem D. Dinis, mas que regressaram a Portugal depois de 1284.

Como se disse, o século XIII inverteu a tendência do século anterior, isto é, ficou marcado pela abundante saída de portugueses para Castela e, pelo contrário, por uma diminuição acentuada de nobres provenientes dos reinos vizinhos, excepção feita a alguns membros de poderosas linhagens castelhanas que ingressam momentaneamente nos quadros cortesãos da corte de D. Afonso III, e a todo um corpo de trovadores e jograis que circulavam entre algumas cortes senhoriais, como a dos poderosos Sousas e as cortes régias⁴². Corte Régia, aliás, e como o demonstrou de forma soberba Leontina Ventura, que passa a ser cada vez mais o pólo vertebrador do Reino e, como consequência, também da Nobreza⁴³.

Portugal, de resto, não devia ser um espaço muito atractivo para a nobreza dos outros reinos peninsulares. Com efeito, e ao contrário do que acontecera após a reconquista da Andaluzia e do reino de Múrcia, ou do reino de Valência, a Coroa portuguesa não procedera a generosas, ainda que

⁴¹H. DAVID, *Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)*, in “Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia”, Loulé, Câmara Municipal, 1987, pp. 271-296, e IDEM, *Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do Século XIII*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, III, Porto, INIC, 1989, pp. 1029-1041.

⁴²António Resende de OLIVEIRA, *Trovadores Portugueses na Corte de Afonso X*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, IV, Porto, INIC, 1990, pp. 1335-1348; IDEM, *Arqueologia do mecenato trovadoresco em Portugal*, in “Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães”, *D. Afonso Henriques e a sua Época*, IV, Guimarães, 1997, pp. 319-327; José Carlos MIRANDA, *Aírs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de Trovadores Galego-Portugueses*, Porto, Edições Guarecer, 2004.

⁴³L. VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, I, pp. 509-515.

controladas distribuições de terras pelas principais linhagens⁴⁴. O Alentejo e o Algarve eram sobretudo terra reguenga, a par de senhorios episcopais e monástico-militares⁴⁵. Pelo contrário, e exceptuando os períodos mais conturbados do início do século XIII, depois das Navas, como a morte de Pedro II em Muret ou a morte accidental e prematura de Henrique I de Castela, os reinados de Jaime I de Aragão, ou de Fernando III e de Afonso X de Castela foram, globalmente, de expansão, tanto para aquelas Coroas como para os respectivos grupos senhoriais.

Chegamos, por fim, à última fase do primeiro período desta análise a qual, *grosso modo*, percorre o último quartel do século XIII e a primeira metade do século XIV. Uma fase, por coincidência, verdadeiramente decisiva para as histórias futuras dos reinos português e castelhano, mas com um sentido muito distinto.

Em Portugal, com efeito, vivem-se os últimos anos de um reinado que se caracteriza pela firmeza e sentido político de um monarca, D. Afonso III, a quem porventura se devem os fundamentos essenciais do Estado português⁴⁶, seguido pelo longo reinado de D. Dinis, marcado, entre outros aspectos, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de governo lançados e desenvolvidos pelo seu antecessor, pela resolução dos confrontos com o clero e, sobretudo, pela vontade férrea e obstinada do monarca em controlar os abusos e privilégios senhoriais⁴⁷, e, por fim, pelo de D. Afonso IV, não menos firme e autoritário no exercício da *potestas regia*. Os passos dados no caminho para a centralização régia foram decisivos neste período, e os sobressaltos derivados dos protestos clericais ou da pouco consequente “revolta nobiliárquica” de 1319-24, não chegaram sequer a empalidecer os objectivos conseguidos pelos três monarcas⁴⁸.

Em Castela, pelo contrário, e pese embora o magnífico edifício jurídico e centralizador gizado pelo *Sábio* Afonso X, a capacidade para o concretizar foi embotada por uma série de fracassos pessoais do monarca, como o sonho imperial, por diversas revoltas internas bastante graves, como a dos mudéjares e da nobreza, acrescidas pela fatalidade do desaparecimento

⁴⁴Sobre os *repartimientos* andaluzes do século XIII, veja-se, por todos, M. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, *En torno a los orígenes de Andalucía. La repoblación del siglo XIII*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1988; IDEM, *La obra repobladora de Fernando III en los reinos de Jaén y Córdoba*, “Archivo Hispalense. Revista Historica, Literaria y Artística”, 2^a Epoca, LXXVII/234-235-236 (1994), pp. 287-312; IDEM, *Poblamiento en la Baja Andalucía: de la repoblación a la crisis (1250-1340)*, in *Europa en los Umbrales de la Crisis: 1250-1340*, “Actas de la XXI Semana de Estudios Medievales de Estella, 18 al 22 de julio de 1994”, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1995, pp. 63-86.

⁴⁵Sobre o processo de senhoriaização do território, e especialmente do controlo régio sobre os territórios situados a sul do rio Tejo, cfr. J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 495-509, e IDEM, *A participação da nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, “Actas do V Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 15 a 18 de Fevereiro de 2006)”, Palmela, Câmara Municipal/GEsOS, 2009, pp. 143-155.

⁴⁶J. MATTOSO, *1258-1264: o triunfo da monarquia portuguesa*, pp.529-560.

⁴⁷J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII*, “Revista da Faculdade de Letras-História”, II^a Série, X (1993), Porto, pp.90-101.

⁴⁸IDEM, *D. Dinis*, pp. 189-200.

do Infante herdeiro D. Fernando de Lacerda, em 1275⁴⁹. Os últimos anos do reinado de Afonso X significam, porventura, um dos passos mais amargos e dramáticos dos anos régios castelhanos⁵⁰. Num quadro diplomático peninsular muito complexo, Sancho IV não teve tempo nem oportunidade para conduzir a coroa castelhana no sentido da centralização⁵¹, e as menoridades de Fernando IV e de Afonso XI só serviram para acentuar o poder e a arrogância das grandes linhagens aristocráticas, enfrentadas, a par dos numerosos membros da família real, pelo controle dos jovens príncipes e das regências⁵².

O governo efectivo de Afonso XI, a partir de 1325, muito embora enérgico, e em alguns aspectos concretizador dos ideais de Afonso X, não foi suficiente para colocar o reino castelhana num patamar de centralização idêntico ao conseguido pelos seus pares portugueses. Olhado à distância, tem mais os contornos da calma que precede a tempestade, do que da bonança que lhe sucede.

Quanto à circulação de nobres, como se poderá prever, não diferiu muito de sentido em relação ao momento anterior, ou seja, saída considerável de nobres portugueses, mas agora com uma maior diversidade de situações, e poucos casos de fixação de nobres vindos para Portugal, muito embora de elevado estatuto.

Do lado dos que saíram, salientem-se desde logo os irmãos de D. Dinis: as Infantas Dona Branca⁵³ e Dona Sancha, e sobretudo o Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre, acérrimo inimigo do monarca seu irmão, aliado pelo seu casamento e pelos das suas filhas às primeiras linhagens castelhanas, e que só conseguiu perder todos os importantes senhorios que constituíram o *apannage* que o seu pai lhe destinara⁵⁴. Mais tarde, seria a vez dos bastardos de D. Dinis seguirem o caminho do exílio, primeiro o célebre

⁴⁹M.-A. LADERO QUESADA, *Los Estados Peninsulares a la Muerte de Alfonso X El Sábio*, 1976, pp. 311-337; IDEM, *La situación política de Castilla a fines del siglo XIII*, in "Congreso Internacional", *Jaime II 700 Años Después*. Actas, Alicante, 1997, pp. 241-264.

⁵⁰António BALLESTEROS BERETTA, *Alfonso X El Sábio*, Barcelona, Ediciones «El Albir», 1984; M. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, *Alfonso X, 1252-1284*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1999; IDEM, *La sucesión al trono de Castilla*, in "Congreso Internacional", *Jaime II 700 Años Después*. Actas", Alicante, 1997, pp. 201-212.

⁵¹Mercedes GAIBROIS DE BALLESTEROS, *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla*, 3 vols., Madrid, Real Academia de la Historia, 1922-1929; José Manuel NIETO SORIA, *Sancho IV, 1284-1295*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1994.

⁵²C. GONZÁLEZ MÍNGUEZ, *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La Guerra Civil y el Predominio de la Nobleza*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1976; IDEM, *Fernando IV, 1295-1312*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1995; IDEM, *La Minoría de Fernando IV de Castilla (1295-1301)*, in "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval", *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*. Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1071-1084; IDEM, *La nobleza castellano-leonesa en tiempos de Fernando IV (1295-1312)*, 1999, pp. 249-277; IDEM, *El Proyecto Político de la Nobleza*, 1999, pp. 163-180. M. GARCÍA FERNÁNDEZ, *Jaime II y la minoría de Alfonso XI (1312-1325)*, 1991, pp. 143-181; IDEM, *Don Dionis de Portugal y la Minoría de Alfonso XI de Castilla*, 1992, pp. 25-51.

⁵³Faustino MENÉNDEZ-PIDAL DE NAVASCUÉS, *Algunos Monumentos Heráldicos portugueses en España*, "Armas e Troféus", IIª Série, IV/1 (1963), pp. 34-43.

⁵⁴Bernardo de SÁ NOGUEIRA, *A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político*, "A Cidade, Revista Cultural de Portalegre", 6, Nova Série (1991), pp. 19-45; J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, I, pp. 171-173.

Conde D. Pedro de Barcelos, incompatibilizado com o pai, e depois o filho querido, Afonso Sanches, Senhor de Albuquerque, sacrificado à paz entre o monarca e o Infante herdeiro D. Afonso. Como é lógico, não faltaram os descontentes com a política de controlo senhorial levada a cabo pelo *Rei Poeta*, como D. Mem Rodrigues de Briteiros ou o 2.º Conde de Barcelos, D. Martim Gil II de Riba de Vizela, filho e neto de outros exilados políticos⁵⁵.

Mas há um outro conjunto interessante de emigrados, que vamos encontrar ao serviço de poderosos senhores castelhanos, como D. João e D. Álvaro Nunes de Lara, ou que, por sua conta ou integrando tropas de auxílio aos reis castelhanos, perderam a vida na fronteira de Granada ou nos sucessos da “Guerra do Estreito”⁵⁶.

Quanto aos nobres vindos para Portugal, o destaque vai para alguns refugiados políticos, como D. João Afonso Telo II, depois 1.º Conde de Barcelos, D. Pedro Fernandes de Castro, D. Álvaro Nunes de Lara e D. João Afonso de Lacerda, e depois alguns nobres aragoneses que integravam o séquito de Dona Isabel de Aragão, como o seu meio-irmão, D. Pedro e D. Raimundo de Cardona⁵⁷, sem esquecer a insinuante figura de Dona Vataça, casada na corte portuguesa com o rico-homem D. Martim Anes de Soverosa⁵⁸. Serve esta referência feminina para recordar, como se calculará, os múltiplos casamentos entre nobres portugueses e senhoras castelhanas, como o contrário, abundantemente citados pelos nobiliários medievais.

Todos os autores reconhecem que a fase final deste período significou um grave enfraquecimento da autoridade régia, mesmo tendo em conta o governo de Afonso XI, e, na mesma proporção, um desmesurado reforço do poder senhorial e nobiliárquico. Pelo contrário, Portugal ficava marcado por uma série de reinados centralizadores, com monarcas empenhados no reforço do poder régio e no controle dos grupos privilegiados, laicos como eclesiásticos.

Num quadro global com estas características, o reino português estava longe de se apresentar como vantajoso para a ambição dos nobres castelhanos, seguramente bem informados dos “infortúnios” dos seus pares lusitanos. A liberalidade dos reis portugueses era dirigida sobretudo para os seus filhos, preferentemente bastardos, ou para uns poucos de validos. O caso da concessão do condado de Barcelos, como já tive a oportunidade de sublinhar, é paradigmático do que acabo de afirmar. Um monarca, como D. Dinis, que não descansou enquanto não recuperou para a Coroa todos os senhorios criados pelo pai a sul do Tejo, e que manteve uma política obstinada de controlo do poder senhorial, pagou os serviços de D. João Afonso Telo,

⁵⁵IDEM, *D. Dinis e a Nobreza*, pp. 90-101.

⁵⁶J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, pp. 332-333; M. A. LADERO QUESADA, *Portugueses en la frontera de Granada*, “En la España Medieval”, 23 (2000), pp. 67-100.

⁵⁷J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, pp. 334.

⁵⁸M. H. C. COELHO e L. VENTURA, *Vataça, uma dona na vida e na morte*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, I, Porto, INIC, 1987, pp. 159-193.

porventura o principal artífice de Alcañices, com o primeiro título de conde que houve em Portugal, é certo, mas com um condado situado numa região onde nunca poderia crescer, tantos eram os senhorios e coutos que o rodeavam⁵⁹. Ao seu cunhado, bastardo do seu sogro Pedro III de Aragão, não deu qualquer senhorio.

De facto, não é de estranhar, como refere José Mattoso, que os autores dos livros de linhagens portuguesas do século XIV revelem “o fascínio crescente pela alta nobreza que rodeia a corte castelhana”⁶⁰, ou, nas palavras de Luís Krus, que a nobreza de corte castelhana fosse “o padrão para aferir a fama e a riqueza dos varões peninsulares”⁶¹.

Para quem, como eu, circula mais habitualmente entre os séculos XII e início do XIV, os últimos 150 anos medievais têm contornos que raíam já o paroxismo barroco: Peste Negra, Guerra dos 100 Anos, Fomes, Crise Demográfica, Cisma do Ocidente, Navegações Oceânicas, Turcos, Mudanças Dinásticas, Revoltas Urbanas, Guerras Sucessórias, Pregações, Perseguições Religiosas, Imprensa, *Ars Moriendi*... Enfim, e como diria o senescal Joinville a Filipe o Belo, “nada que chegue aos bons velhos tempos do meu senhor S. Luís”!

A circulação de nobres entre Portugal e Castela, durante a segunda metade do século XIV e o século XV, atingiu um verdadeiro “pico” de intensidade, com alguns momentos, portanto, espectaculares. O seu impacto na sociedade e na política dos dois reinos, de resto, não passou despercebido à maioria dos historiadores tardo-medievais, particularmente a partir da década de 1960⁶².

⁵⁹J.A. SOTTO MAYOT PIZARRO, *Condado de Barcelos. Significado histórico-político da sua concessão e primeiros titulares*, in *Barcelos Terra Condal*. “Comemorações”, Barcelos, Câmara Municipal, 1998, pp.91-118; IDEM, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 510-511.

⁶⁰José MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto (...)*, pp. 335.

⁶¹Luís KRUS, *A Conceção Nobiliárquica (...)*, p. 80.

⁶²Salvador Dias ARNAUT, *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV. I, A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960; S. de MOXÓ, *La Nobleza Castellana en el Siglo XIV*, “Anuario de Estudios Medievales”, VII (1970-71), pp. 493-511; Emilio MITRE FERNÁNDEZ, *La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV*, “Hispania”, XXVI (1966), pp. 513-525; IDEM, *El asentamiento de nobles portugueses en el reino de León bajo los primeros Trastámaras*, “Archivos Leoneses”, 42 (1967), pp. 363-371; IDEM, *Política Exterior Castellana y Reestructuración Nobiliárquica Bajo los Primeros Trastámara (1369-1406)*, in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos, 1391-1492*. “Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval”, I, Sevilla, 1997, pp. 529-549; Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDES, *Castilla y Portugal: las dos fidelidades de D. Pedro Fernández de Castro*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, I, Porto, INIC, 1987, pp. 223-232; H. BAQUERO MORENO, *Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, I, Porto, INIC, 1987, pp. 69-101; IDEM, *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1990; IDEM, *A nobreza portuguesa na época anterior ao Tratado de Tordesilhas*, in *Las instituciones castellano-leonesas y portuguesas antes del Tratado de Tordesillas*, Valladolid, 1995, pp. 111-119; IDEM, *Os Confrontos Fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos*, in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos, 1391-1492*. “Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval”, II, Sevilla, 1997, pp. 1705-1715; IDEM, *Relações Castelhana-Portuguesa no Século XV: os Exilados Políticos*, in “Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa”. Actas, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 93-103; Luís SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Monarquía hispana y revolución Trastámara*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1994; Rafael SÁNCHEZ SESA, *Don Pedro Tenorio (c. 1328-1399). Aproximación a la Vinculación Eclesiástica, Familiar y Política de un Arzobispo Toledano al Reino de Portugal*, in “IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”. As

Sintetizemos, quanto possível, os principais momentos da História política portuguesa e castelhana que propiciaram essa dinâmica:

—No século XIV, como é natural, as mudanças dinásticas. Em Castela, as perseguições movidas por Pedro I, o *Cruel*, e todos os sucessos que acabarão por conduzir ao trono o seu irmão, o bastardo Henrique II de Trastâmara, em 1369, trouxeram para Portugal refugiados dos dois partidos, com especial notoriedade para os petristas, sobretudo galegos, abandeirados em torno de D. Fernando de Castro. Em Portugal, e para além dos perseguidos por Pedro I, o *Cruel*, pela morte de Dona Inês de Castro, destacam-se os exilados na sequência da crise dinástica após a morte de D. Fernando I, em 1383, e que conduziu ao trono outro bastardo —D. João, Mestre de Avis—, muito embora o principal fluxo de saídas ocorra na década de 1390.

—No século XV, o destaque vai para o período da regência do Infante D. Pedro (1439-1449), com alguns exílios durante aquela e após a sua morte em Alfarrobeira, e a passagem para Portugal de alguns nobres, especialmente galegos, que apoiaram D. Afonso V na guerra da sucessão de Castela, após a morte de Henrique IV. Já no final do período, no reinado de D. João II, mais alguns portugueses passam para Castela, aquando das conspirações contra o monarca, sobretudo ligados à Casa de Bragança.

Em termos globais, parece existir um certo equilíbrio na passagem de nobres entre os dois reinos. Creio, porém, que esse equilíbrio é mais aparente do que real, uma vez que são muito mais numerosos os exílios definitivos por parte dos portugueses do que dos castelhanos. Percebe-se porquê: o fundador da dinastia Trastâmara, com justiça ou não, ficou conhecido pelo cognome de *o das Mercês*, em virtude dos senhorios que concedeu aos seus familiares e principais apoiantes; o fundador da dinastia de Avis ficou conhecido por ter idealizado a *Lei Mental* —concebida para recuperar os senhorios doados pela Coroa que caíssem em sucessão feminina—, e o único dos seus apoiantes verdadeiramente recompensado foi D. Nuno Álvares Pereira. Comparar o que os Cunha, os Pacheco ou os Pimentel receberam em Castela com o que coube em sorte aos Lima ou Andrade é um exercício esclarecedor. Mas, para este período, há uma nota importante: extintas em Castela, as seculares linhagens dos Meneses e dos Castros passam a estar representadas em Portugal, na companhia de uma nova linhagem, e de justa prosápia pela dupla ascendência régia, portuguesa e castelhana —os Noronhas.

Tido como bastante generoso, perdulário mesmo, foi D. Afonso V, é verdade, mas a sua criticada liberalidade para com a Nobreza fica muito

Relações de Fronteira no Século de Alcanices". Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1479-1492; F. R. FERNANDES, *Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal*, "En la España Medieval", 23 (2000), pp. 101-115; Paz ROMERO PORTILLA, *Exiliados en Castilla en la segunda mitad del siglo XIV. Origen del partido portugués*, in *Poder y sociedad en la baja Edad Media hispánica*, "Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín", Valladolid, 2002, pp. 519-539; C. OLIVERA SERRANO, *Linajes portugueses exiliados en Castilla a fines del siglo XIV*, in "Actas de la XI Reunión Americana de Genealogía. España y América, un escenario común", Santiago de Compostela, CSIC-Xunta de Galicia, 2005, pp. 481-486.

aquém do que ocorreu nos reinados de João II ou de Henrique IV de Castela, momentos quase estonteantes de engrandecimento nobiliárquico⁶³.

Que a ironia de algumas afirmações anteriores, porém, não faça esquecer a verdadeira razão de ser dessas diferenças. Portugal, com a nova dinastia, manteve, de uma maneira geral, o rumo da centralização traçado desde muito antes, e só assim se pode entender a política expansionista, atlântica e norte-africana dos monarcas portugueses de Quatrocentos. Em Castela, pelo contrário, a monarquia Trastâmara viveu momentos de debilidade quase impensáveis, fruto de acasos e da incapacidade de alguns monarcas, é certo, mas sobretudo pela existência de um corpo de privilegiados incomparavelmente mais poderoso do que o português⁶⁴.

3. DE PORTUGAL: A EMIGRAÇÃO DE LINHAGENS PORTUGUESAS

Ao tratar, agora, com algum detalhe, os casos de saída de nobres portugueses para Castela, não poderei referir todos os casos conhecidos, bastante bem conhecidos e divulgados, aliás, num número muito considerável de estudos ou de colectâneas documentais⁶⁵. De resto, e como já tem sido sublinhado por vários autores, essas saídas, até por serem na maior parte dos casos exílios políticos, não duravam muito tempo. Nessas circunstâncias, só referirei casos de inegável relevância.

Interessa-me, sobretudo, analisar os casos de ausência muito prolongada, ou mesmo de fixação definitiva em Castela, e tentar encontrar indícios de ligação entre exilados em momentos próximos, ou de ligações de novos exilados com descendentes de nobres saídos em tempos mais recuados. Essa constatação permitirá aferir o grau da pervivência da memória das raízes familiares, e da permanência, ou não, de contactos com o reino de origem. Finalmente, avaliar a dimensão do poder social e político conseguido além-fronteiras. Critérios que, como é óbvio, serão observados quando analisar os casos de passagem de nobres castelhanos para Portugal.

* * *

⁶³M.C. QUINTANILLA RASO, *La nobleza en la historia política castellana en la segunda mitad del siglo XV*, in "Congreso Internacional" sobre Bartolomeu Dias e a sua Época, I, Porto, Universidade do Porto-CNCDP, 1989, pp. 181-200; Fernando SUÁREZ BILBAO, *La Transformación de la Institución Nobiliária en tiempos de Enrique III*, in *Medievo Hispano*, "Estudios In Memoriam del Prof. Derek W. Lomax", Madrid, SEEM, 1995, pp. 345-360; María José GARCÍA VERA, *Poder nobiliario y poder político en la corte de Enrique IV (1454-1474)*, "En la España Medieval", 16 (1993), pp. 223-237; María Isabel del VAL VALDIVIESO, *Los bandos nobiliários en el reinado de Enrique IV*, "Hispania", XXV (1975), pp. 249-293; M.A. LADERO QUESADA, *Los Reyes Católicos y la Nobleza en España*, in *Hispania-Austria. Los Reyes Católicos, Maximiliano I y los inicios de la Casa de Austria en España*, "Actas del Coloquio Histórico, Innsbruck, julio de 1992", München, 1993, pp. 68-85.

⁶⁴E. CABRERA, *Los Grupos Privilegiados en Castilla*, 265-290, e M.H. C. COELHO, *O Peso dos Privilegiados em Portugal*, pp. 291-314.

⁶⁵Muitos deles referidos por J. MATTOSO, *A Nobreza medieval galaico-portuguesa*, pp. 129-147, e ÍDEM, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto*, pp. 319-339.

Durante o século XII, e como ficou dito, não são conhecidos casos de saída definitiva de nobres portugueses para Leão ou Castela, nem mesmo, eventualmente, nos séquitos das duas princesas portuguesas que desposaram Fernando II e Afonso IX de Leão, uma vez que terão regressado a Portugal quando os matrimónios foram anulados canonicamente. Contudo, devem ser sublinhados os casos dos exílios dos alferes de D. Afonso Henriques, primeiro de D. Mem Fernandes de Bragança, que de imediato foi nomeado alferes-mor por Fernando II de Leão, entre 1156 e 1159⁶⁶ —inaugurando uma longa série de exílios de membros da linhagem—, o mesmo ocorrendo com D. Pero Pais da Maia em 1171 e 1172⁶⁷, depois de ter sido o alferes do rei português até ao desastre de Badajoz (1169), só regressando a Portugal depois da morte de D. Afonso Henriques⁶⁸.

O século XIII, pelo contrário, foi abundante em saídas de portugueses. O momento mais significativo foi o final da década de 1240, quando uma série de apoiantes de D. Sancho II o acompanham no exílio em Toledo, participando em várias campanhas da reconquista andaluza e beneficiando dos respectivos *repartimientos*⁶⁹. A maior parte regressou depois a Portugal, mas alguns ficaram em Castela, como veremos já a seguir.

Antes, porém, e como já ficou apontado, não se pode deixar de sublinhar no início da centúria as saídas definitivas de dois filhos de D. Sancho I, os Infantes Fernando Sanches e Pedro Sanches, ambos agastados com a atitude centralizadora do seu irmão mais velho e novo monarca, D. Afonso II (1211-1223): o primeiro veio a ser conde da Flandres e o segundo foi mordomo-mor de Afonso IX de Leão até 1230, passando depois para a corte de Jaime I de Aragão, onde foi conde de Urgel e senhor de Maiorca⁷⁰.

Vejamos então os outros casos. Nenhum “emigrado” português terá ficado tão conhecido nos anais peninsulares de Duzentos como o célebre Mestre de Santiago, D. Paio Pires Correia. A sua trajetória a partir de 1243 é bem conhecida, tanto pelo seu papel em várias campanhas de *reconquista*, como Múrcia ou Sevilha, como pela sua incondicional lealdade a Afonso X de Castela⁷¹. Mas também, e este aspecto é relevante, porque terá sido um elemento aglutinador de muitos dos seus familiares, directos ou colaterais, que se exilaram com D. Sancho II, como acima referi.

Entre eles destacam-se os seus primos co-irmãos Gonçalo Anes e Martim Anes do Vinhal, presentes na conquista de Múrcia e de Sevilha.

⁶⁶J. SALAZAR Y ACHA, *La Casa del Rey de Castilla y León en la Edad Media*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000, p. 418.

⁶⁷IDEM, *ibidem*, p. 420.

⁶⁸J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto*, p. 326.

⁶⁹Ver a bibliografia indicada nas notas 38 e 39.

⁷⁰J. SALAZAR Y ACHA, *La Casa del Rey*, pp. 371-372; IDEM, *El elemento portugués en la formación de la alta nobleza castellana de los siglos XIV y XV*, “Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía”, IX (2006), p. 509.

⁷¹J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesa*, II, pp. 391-392. Sobre a sua importância no âmbito da milícia santiaguista, cfr. Carlos de AYALA MARTÍNEZ, *Las Ordenes Militares Hispánicas en la Edad Media (Siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons Historia/Latorre Literaria, 2003.

Enquanto o segundo acabou por regressar a Portugal, sendo rico-homem de D. Afonso III e ainda de D. Dinis, o primeiro, conhecido trovador, ficou em Castela, onde recebeu várias doações régias, entre as quais a vila e castelo de Polei; alterando o topónimo para Aguiar —o seu apelido materno— é a origem da actual Aguiar de la Frontera. Sepultado na capela real de San Clemente, que Afonso X lhe deu na Mesquita-Catedral de Córdoba, foi o fundador da Casa de Aguiar, uma das mais importantes do entorno cordovês⁷².

Um caso singular de emigração ocorre com Pero Gomes Barroso, outro conhecido trovador. Presente nas campanhas de Múrcia e de Sevilha, e beneficiado pelo *repartimiento* de Orihuela, acabou por se fixar em Toledo, onde casou com a filha de um anterior emigrado, Fernão Pires de Azevedo⁷³. Ali deu origem a uma ilustre linhagem toledana, muito ligada a um ramo dos Sotomayor, sendo os ascendentes maternos do célebre cronista Pedro López de Ayala, sobrinho-neto materno do arcebispo de Cartagena e cardeal D. Pero Gomes Barroso, em tempos de Afonso XI de Castela. É curioso sublinhar que, num texto genealógico da autoria do pai do cronista, é altamente valorizada a prosápia dos Azevedo-Barroso⁷⁴.

Finalmente, uma referência obrigatória aos Portocarreiro, cuja trajectória foi recentemente estudada por Leontina Ventura⁷⁵. Em linhas muito gerais, o primeiro membro da linhagem referenciado em Castela é D. Fernão Anes, deão de Braga, e cujo nome está associado à fundação, por Fernando III, do estudo geral de Salamanca, em 1243⁷⁶. Capelão do Papa, conselheiro de D. Afonso III e privado de Afonso X, *o Sábio*, deve ter influenciado a passagem a Castela de um seu sobrinho, Martim Pires de Portocarreiro, privado de Sancho IV, e pai e avô de privados e vassalos de Fernando IV e de Afonso XI, com bens em San Felices de los Gallegos. Um sobrinho-neto de Fernão Anes, Martim Fernandes de Portocarreiro, foi o fundador da linha mais afortunada. Radicado em Castela desde 1300, foi adiantado-mor de Leão e Astúrias e privado de Fernando IV. O seu filho homónimo recebeu de Afonso XI o senhorio de Villanueva del Fresno e casou com a herdeira do senhorio de Moguer (Huelva), senhorios mantidos na sua descendência (Marqueses de Villanueva del Fresno, Condes de Puebla e Condes de Medellín)⁷⁷.

⁷² Antónia VIÑEZ SÁNCHEZ, *Reconstrucción histórico-biográfica del trovador Gonzalo Ibáñez de Aguiar*, in “Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas”, VII, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1994, pp. 717-729.

⁷³ Também referidos por Jean-Pierre MOLENAT, *Campagnes et Monts de Tolède du XIIème au XVème siècle*, Madrid, Casa de Velásquez, 1998.

⁷⁴ A. DACOSTA, *El «Libro de los Señores de Ayala»* Vitoria, 2007; Juan TORRES FONTES, *Galicía en la Repoblación Murciana del Siglo XIII*, in *Galicía en la Edad Media*, “Actas del Coloquio”, Madrid, SEEM, 1990, pp. 181-189.

⁷⁵ L. VENTURA, *Os Portocarreiro: um percurso luso-castelhano (séculos XI-XV)*, in *El Condado de Benavente. Relaciones Hispano-Portuguesas en la Baja Edad Media*, Benavente, Centro de Estudios Benaventanos «Ledo del Pozo», 2001, pp. 95-127.

⁷⁶ José ANTUNES, *Portugueses no Processo Histórico da Fundação da Universidade de Salamanca*, “Revista de História das Ideias”, 12 (1990), pp. 19-53.

⁷⁷ Antonio GONZÁLEZ GÓMEZ, *Moguer en la Baja Edad Media (1248-1538)*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 1977.

Durante a crise dinástica do final do século XIV, mais um de Portocarreiro passou a Castela, agora um descendente de outro sobrinho do deão de Braga, João Rodrigues de Portocarreiro, mordomo-mor de Dona Beatriz, que acompanhou a Rainha de Portugal e Castela no seu longo exílio de Toro, cidade onde fundou um novo ramo desta linhagem, verdadeiramente peninsular⁷⁸.

Através dos Portocarreiro situamo-nos já nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, dos quais apenas destacaria: o exílio e a morte em Castela do 2º Conde de Barcelos e mordomo-mor do Infante D. Afonso, D. Martim Gil de Riba de Vizela II, em 1312, no que parece indício de sina familiar —o seu avô e o seu pai estiveram exilados em Castela no tempo de D. Sancho II e de D. Afonso III⁷⁹; a saída de Estêvão Pires Froiã, que em 1286 aparece como Guarda-mor de Sancho IV, Adiantado-mor de Leão e Meirinho-mor da Galiza, casando e deixando descendência em Castela⁸⁰; finalmente, o célebre bastardo régio Afonso Sanches, falecido em Castela já durante o reinado do seu irmão e inimigo, D. Afonso IV⁸¹. Foi pai de D. João Afonso, senhor de Albuquerque e Meneses, mordomo-mor da Rainha Dona Maria, aio e alferes-mor de Pedro I de Castela, e uma das suas vítimas, morrendo envenenado em 1354, tal como o seu único filho legítimo e herdeiro, Martinho, assassinado em 1367⁸². O seu filho bastardo, D. Fernando, foi o fundador da família Albuquerque, de varonia régia portuguesa e com um apelido que perpetuou o nome de um dos mais antigos senhorios castelhanos.

Chegados à segunda metade do século XIV, e dadas as limitações de espaço, não referirei os Sousas de Córdoba, também com capela funerária na Mesquita-Catedral⁸³, ou os Silvas, descendentes de Aires Gomes, *o Moço*, em cuja descendência surgirão, nos reinados de João II e Henrique IV os Condes de Cifuentes, Alferes-mores do Pendão Real de Castela, e mais tarde os Duques do Infantado, Lerma, Híjar e Pastrana⁸⁴; ou os Fonseca, entre os quais se destacam Pero Rodrigues da Fonseca, pela sua lealdade a Dona Beatriz e também fixado em Toro, o seu filho homónimo, o célebre Cardeal Fonseca, e um neto, não menos célebre arcebispo de Santiago⁸⁵.

⁷⁸José Ignacio MORENO NÚÑEZ, *Los Portocarrero de Toro, Linaje de Ascendencia Portuguesa. Su afincamiento y consolidación en Castilla*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, III, Porto, INIC, pp. 993-1028; J. SALAZAR Y ACHA, *El elemento portugués*, p. 514.

⁷⁹Sobre estes ricos-homens, cfr. J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, I, pp. 535-555.

⁸⁰IDEM, *ibidem*, II, pp. 313-314.

⁸¹IDEM, *ibidem*, I, pp. 191-196.

⁸²Esteban RODRÍGUEZ AMAYA, *Don Juan Alfonso de Albuquerque. Canciller de D. Pedro El Cruel*, Badajoz, Diputación Provincial, 1949.

⁸³María Ángeles JORDANO BARBUDO, *Linajes de Córdoba en las Capillas Funerarias Medievales de la Mezquita-Catedral*, “Meridies”, V-VI (2002), pp. 155-170.

⁸⁴J. SALAZAR Y ACHA, *El elemento portugués*, pp. 523-525.

⁸⁵E. PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *Fonseca o Sotomayor: la nobleza gallega ante el pleito sucesorio entre doña Isabel y doña Joana*, “Anuario de Estudios Medievales”, 15 (1985), pp. 561-569; A. SAGARRA GAMAZO, *El protagonismo de la familia Fonseca, oriunda de Portugal y asentada en Toro, en la política castellana hasta el descubrimiento de América*, “Anuario del

Restrinjo-me, por isso, a três linhagens, verdadeiramente emblemáticas deste período de emigração portuguesa: Pimentel, Pacheco e Cunha⁸⁶:

—João Afonso Pimentel, chefe da linhagem e cunhado da Rainha Dona Leonor Teles, oscilará entre a lealdade a Dona Beatriz e ao Mestre de Avis, acabando por passar a Castela já no reinado de Henrique III, que o fará Conde de Benavente em 1398, título que se manteve na sua descendência directa até ao século XVII⁸⁷.

—João Fernandes e o seu meio-irmão Lopo Fernandes, filhos de Diogo Lopes Pacheco, um dos carrascos de Dona Inês de Castro, vão ser, curiosamente, apoiantes dos seus filhos, os Infantes D. João e D. Dinis. A única filha de João Fernandes e de Dona Inês Teles de Meneses, foi a mãe do célebre D. João Pacheco, que referirei em breve⁸⁸.

—Três filhos de D. Vasco Martins da Cunha, o grande defensor dos direitos do Infante D. João nas Cortes de Coimbra de 1385 passaram a Castela: Martim Vasques, Gil Vasques —progenitor dos Senhores de Rueda—, e Lopo Vasques, pai do 1.º Conde de Buendia, do 1.º Duque de Huete e de Don Alonso Carrillo, famoso Arcebispo-Primaz de Toledo. Quanto a Martim Vasques, é notável pelo grande valimento junto de Henrique III e Fernando de Antequera, e também pela descendência dos seus dois matrimónios, o segundo dos quais com uma filha do próprio Infante D. João, o que fez de Martim Vasques 1.º Conde de Valência de Don Juan —Pedro continuou o condado, Henrique deu origem aos Marqueses de Escalona e Casafuerte, Fernando, tronco dos Condes de Requena e Beatriz, mãe do primeiro Conde de Luna. Do primeiro casamento, com Teresa Telles Girón, teve a Afonso Telles Girón, que pelo seu casamento com a filha de João Fernandes Pacheco, foi o pai de D. João Pacheco e D. Pedro Girón, os quais usaram apelidos maternos, mas que na verdade eram Cunhas⁸⁹.

Instituto de Estudios Zamoranos Florián Ocampo”, Zamora, 1993, pp. 421-457; C. OLIVERA SERRANO, *Un exiliado portugués en Castilla: Pedro Rodríguez de Fonseca*, in *Poder y sociedad en la baja Edad Media hispánica*, “Estudios en homenaje al profesor Luis Vicente Díaz Martín”, Valladolid, 2002, pp. 495-503; J. SALAZAR Y ACHA, *El elemento portugués*, p. 526.

⁸⁶Duas obras capitais para compreender a integração destas linhagens portuguesas no quadro das relações régio-nobiliárquicas castelhanas, Luís SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2003, e C. OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal*, Santiago de Compostela, 2005.

⁸⁷Ángel GONZÁLEZ PALENCIA, *Los Condes de Benavente y Portugal*, “Revista de História”, XII (1923), pp. 161-177; I. BECEIRO PITA, *Los Pimentel, señores de Braganza y Benavente*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, I, Porto, INIC, 1987, pp. 317-331; B. V. SOUSA, *Entre Portugal e Castela. Percursos e destino de uma linhagem portuguesa (os Pimentéis, séculos XIII-XIV)*, in “IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1425-1431.

⁸⁸A. FRANCO SILVA e José Antonio GARCÍA LUJÁN, *Los Pacheco. La imagen mítica de un linaje portugués en tierras de Castilla*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, III, Porto, INIC, 1989, pp. 943-975; Antonio MALALANA e Agustín TORREBLANCA, *Aproximación al conocimiento de los linajes lusos asentados en Castilla: relaciones entre Dom Alfonso V de Portugal y Don Diego López Pacheco*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, III, Porto, INIC, 1989, pp. 927-941; A. FRANCO SILVA, *La Villa Toledana de Escalona. De Don Alvaro de Luna a los Pacheco*, “Estudios de Historia y de Arqueología Medievales”, X (1994), pp. 47-82.

⁸⁹Juan Ignacio ALONSO CAMPOS e José Manuel CALDERÓN ORTEGA, *Los Acuña: la expansión de un linaje de origen portugués en tierras de Castilla*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, II, Porto, INIC, 1989, pp. 851-860; J. I. ORTEGA CERVIGÓN, *El Arraigo de los Linajes Portugueses en la Castilla Bajomedieval: el caso de los Acuña en el obispado de*

—Poucos indivíduos personificaram tão bem a história política castelhana do século XV como estes dois irmãos “maestres tan prosperados como reyes, que a los grandes e medianos trajeron tan sojuzgados a sus leyes” (Jorge Manrique): D. João Pacheco foi 1.º Marquês de Villena, Duque de Escalona e Conde de Xiquena, Guarda-mor de João II e Mordomo-mor de Henrique IV, Grão-Mestre da Ordem de Santiago e administrador da Ordem de Calatrava, Adiantado-mor e Marechal de Castela —casou em segundas núpcias com Dona Maior de Portocarreiro, Senhora de Moguer; D. Pedro Girón foi Grão-Mestre da Ordem de Calatrava e 1º Conde Ureña. A influência dos dois irmãos no ânimo do rei de Castela era de tal ordem, que Henrique IV autorizou o casamento de D. Pedro com a sua irmã, a Princesa e futura Isabel a Católica, que só não se concretizou por o noivo morrer a caminho do casamento. Senhor de Osuna, foi o progenitor dos Duques de Osuna que referi no início deste texto⁹⁰.

Como já foi sublinhado por Cesar Olivera, é curioso verificar que o grupo dos exilados que apoiaram os Infantes D. João e D. Dinis, não se aliaram pelo casamento, salvo raras vezes, com o grupo dos apoiantes da Rainha Dona Beatriz, sedeados sobretudo na cidade de Toro. Foi também o grupo que estabeleceu as alianças mais prestigiantes com as linhagens da alta nobreza castelhana⁹¹. Seria interessante poder aprofundar esta questão.

Finalmente, e para completar o século XV, uma breve nota para recordar os exilados portugueses na sequência da batalha de Alfarrobeira⁹², alguns dos quais passaram ao serviço do Condestável D. Pedro, filho do malgrado Regente e tio de D. Afonso V, aquando da sua odisseia catalã⁹³; já para o final do período, os vários implicados nas conjuras contra D. João II, de entre os quais destacaria dois irmãos do justicado Duque de Bragança: o Condestável D. Fernando e D. Álvaro, que estão documentados em várias das campanhas que antecederam a conquista de Granada⁹⁴.

Cuenca, “Medievalismo”, 16 (2006), pp. 73-92.

⁹⁰J. SALAAR Y ACHA, *El elemento portugués*, pp. 517-521.

⁹¹C. OLIVERA SERRANO, *Beatriz de Portugal*, pp. 233-251.

⁹²Humberto BAQUERO MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973.

⁹³L.A. FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1982; Francisca SOLSONA CLIMENT, *Aspectos de la dominación angevina en Cataluña (1466-1472): la participación portuguesa en la revolución contra Juan II*, in “Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval”, Tomo I, Braga, 1963, pp. 271-280; H. BAQUERO MORENO, *Algumas mercês concedidas pelo Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, a súbditos portugueses* (sep. da “Revista das Ciências do Homem”, I, série A), Lourenço Marques, 1970; IDÊM, *Portugueses na Catalunha durante a Realza do Condestável D. Pedro (1464-1466)*, in *Presença de Portugal no Mundo*, “Actas do Colóquio”, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 99-120.

⁹⁴José Enrique LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, *Portugal y Granada: presencia lusitana en la conquista y repoblación del Reino Granadino (S. XV-XVI)*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, II, Porto, INIC, 1987, pp. 737-757; María de los Desamparados MARTÍNEZ SAN PEDRO, *Repobladores portugueses en Almería según el Libro de Repartimiento*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, II, Porto, INIC, 1987, pp. 721-736; Cristina SEGURA GRAINO, *Presencia portuguesa en la conquista y repoblación de Almería (siglo XV)*, in “Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, III, Porto, INIC, 1989, pp. 841-849; M.A. LADERO QUESADA, *Portugueses en la frontera de Granada*, “En la España Medieval”, 23 (2000), pp. 67-100.

Em resumo, não será por todo o exposto de estranhar que, como já foi devidamente sublinhado por Jaime de Salazar, quando Isabel a Católica subiu ao trono, em 1474, quase 20% das casas tituladas castelhanas pertenciam a linhagens de origem portuguesa⁹⁵.

4. PARA PORTUGAL: A IMIGRAÇÃO DE LINHAGENS PENINSULARES

Como já ficou dito anteriormente, o século XII foi particularmente rico em relação à entrada em Portugal de linhagens, especialmente provenientes da Galiza. José Mattoso estudou o fenómeno com bastante pormenor, pelo que o irei resumir brevemente, acrescentando apenas um ou outro detalhe⁹⁶.

Uma das características mais interessantes a assinalar é a forte relação de parentesco que existe entre essas linhagens, especialmente por associação aos Travas. Ramos destes, aliás, são os de Tougues⁹⁷, que acabaram por se extinguir em meados do século XIII, e os da Palmeira, que se ramificam nos de Froião, Homem e Pereira⁹⁸. A linhagem de Pereira é por demais conhecida para que seja necessário dizer muito mais. De qualquer forma, deve-se sublinhar o facto de que atravessaram uma grande parte do século XIII e o primeiro quartel da centúria seguinte numa posição bastante apagada, e que foi a partir do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, e do seu filho e Prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves, que a linhagem voltou à ribalta; já para não falar do contributo dado pelos filhos bastardos deste último, de entre os quais muito se destaca o célebre Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Dos vários filhos do Conde de Celanova que passaram para Portugal, e também com ligações aos Travas, sublinhe-se a aliança de um deles com uma *Dona* dos de Riba Douro, senhora da honra de Barbosa, cujo nome foi assumido como apelido familiar pelos seus descendentes. Oscilando entre a média e a alta nobreza de corte durante o século XIII, os de Barbosa acabaram por passar para o nível da nobreza média regional depois do reinado de D. Dinis⁹⁹.

⁹⁵J. SALAZAR Y ACHA, *El Elemento Portugués*, p. 527. Para os vários monarcas castelhanos do final do século XIV e do século XV, consultem-se as várias biografias disponíveis (cfr. J. SÁNCHEZ ARCILLA, *Alfonso XI, 1312-1350*, 1996; L. V. DÍAZ MARTÍN, *Pedro I, 1350-1369*, Palencia, La Olmeda, 1996; J. VALDEÓN BARUQUE, *Enrique II, 1369-1379*, 1996; LUÍS SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Juan I, 1379-1390*, 1994; Fernando SUÁREZ BILBAO, *Enrique III, 1390-1406*, 1994; Pedro PORRAS ARBOLEDAS, *Juan II, 1406-1454*, Palencia, La Olmeda, 1994-1996; M. I. del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica princesa (1468-1474)*, Valladolid, 1974).

⁹⁶J. MATTOSO, *A Nobreza medieval galaico-portuguesa*, pp. 129-147; IDEM, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, pp. 319-339.

⁹⁷Cfr. J. A. SOTTO MAYOR PIZARRO, «*Pela morte se conhece um pouco da vida*». *A propósito do testamento de Dona Chãmoa Gomes de Tougues, fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios*, in "Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam" (Coord. de José Marques), I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 219-233.

⁹⁸Sobre todos estes ramos dos Travas, cfr. IDEM, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 283-318.

⁹⁹IDEM, *ibidem*, I, pp. 513-533.

Os de Soverosa são um caso bastante interessante. Segundo os nobiliários descendem de Fernão Peres Cativo, um filho do conde galego de Sobrado, que José Mattoso admitiu ser um filho segundo, ou mesmo, mais recentemente, um membro ignorado da linhagem dos Travas¹⁰⁰. Confesso, porém, que o seu posicionamento imediato como alferes-mor, primeiro, e em data muito próxima à revolta de 1128, e depois como mordomo-mor de D. Afonso Henriques, torna um pouco inverosímil aquela ascendência, a qual poderá ter tido outras origens. Com efeito, é possível que até fosse bastardo, mas com uns pais especiais: o pai seria o conde D. Pedro Gonçalves de Lara, que o teve da sua amante, a Rainha Dona Urraca de Castela¹⁰¹. Essa ascendência, que fazia do *Cativo* um primo co-irmão de D. Afonso Henriques, ajudaria a compreender melhor a sua trajectória fulgurante como alferes-mor (1130-1136) e mordomo-mor (1146-1155) —passando depois ao serviço do meio-irmão, o Imperador Afonso VII, como mordomo-mor (1155-1156) –, bem como o estatuto proeminente que a linhagem que originou auferiu na corte portuguesa até à extinção, no final do século XIII¹⁰².

Deixando para o fim deste ponto os Limas e os Teles, refiram-se, para concluir o século XII, os de Valadares que sem terem uma origem tão importante como as anteriores atingiram a rico-homia pelo final da centúria, beneficiando da posição estratégica junto à fronteira do rio Minho¹⁰³.

Centúria de Duzentos que, como assinalou o Professor José Mattoso, manteve o fluxo de nobres provenientes da Galiza, muitos dos quais trovadores, mas com um estatuto bastante inferior ao das linhagens anteriores, excepção feita, para além dos de Lima e dos Teles, aos ricos-homens D. Pero Anes da Nóvoa, neto de Fernão Peres de Trava e mordomo-mor de D. Afonso II entre 1213 e 1223, ou D. André Fernandes de Castro, esporádico rico-homem da corte do *Bolonhês* (1256-1262)¹⁰⁴.

Para os reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV devem referir-se alguns nobres castelhanos, poucos, mas da mais alta estirpe: D. Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra*, que durante a infância viveu refugiado em Portugal ao cuidado de D. Martim Gil de Riba de Vizela, tendo sido criado por D. Lourenço Soares de Valadares (em casa de quem conheceu a mãe dos seus dois bastardos – D. Álvaro de Castro, 1º Conde de Arraiolos e Dona Inês de Castro)¹⁰⁵; um dos Infantes de Lacerda, D. Fernando, e o seu sobrinho, D. João Afonso de Lacerda, Senhor de Gibraleón, que casou com

¹⁰⁰J. MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular*, p. 325; IDEM, *D. Afonso Henriques*, pp.72-74.

¹⁰¹J. SALAZAR Y ACHA, *La Casa del Rey*, pp. 170-171 e 372.

¹⁰²J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, pp. 207-220.

¹⁰³IDEM, *ibidem*, II, pp. 187-205.

¹⁰⁴Cfr. L. VENTURA, *A Nobreza de Corte*, II, pp. 625-626, 989 e 1006, respectivamente.

¹⁰⁵E. PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *Los Castro gallegos del siglo XIV. Apuntes para un análisis de su proyección en la historia política de Castilla*, “Hispania”, XLV (1985), pp. 477-511; IDEM, *Castilla y Portugal*, pp. 223-232; Paz ROMERO PORTILLA, *Implicaciones Gallegas en el Caso de Inês de Castro*, in “IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval”, *As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*. Actas, 2, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp. 1493-1508.

uma bastarda de D. Dinis¹⁰⁶; D. Henrique Manuel —filho bastardo do Infante D. João Manuel de Vilhena—, que foi Conde Seia e se fixou em Portugal depois de acompanhar a sua meia-irmã, Dona Constança, mulher do rei D. Pedro I, e foi o tronco dos Manuel de Vilhena¹⁰⁷; finalmente, precedendo os anteriores, D. João Afonso Telo, que referirei mais adiante.

Chegados à segunda metade do século XIV é inevitável a referência aos petristas exilados em Portugal, depois do fratricídio de Montiel¹⁰⁸. Quase todos galegos, seguem D. Fernando Rodrigues de Castro, *toda la lealtad de España*, mordomo, alferes e adiantado-mor de Pedro I de Castela, e o último dos seus partidários. Note-se, contudo, que a grande maioria foi obrigada a sair de Portugal em 1373, no quadro do Tratado de Santarém, assinado entre D. Fernando I e Henrique II. Dos que ficaram, muitos eram membros da pequena nobreza, como Liras, Camões, Queiroz, Pinheiros ou Seabras, mas outros de linhagens bem antigas como D. Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo e progenitor da maioria dos membros desta família, que ao longo do século XV manteve um estatuto prestigiado. O mais célebre, contudo, foi D. João Fernandes Andeiro, de uma linhagem da média nobreza da Corunha, que por diversos serviços foi feito Conde de Ourém¹⁰⁹.

Não se esqueça, finalmente, que no final da 1.ª Dinastia as 6 casas tituladas que havia em Portugal estavam na posse de linhagens castelhanas¹¹⁰.

O século XV assiste à estreia de uma nova linhagem. Duplamente bastarda, é certo, mas duplamente régia, materializada num dos emblemas heráldicos mais belos da armaria peninsular: o esquartelado de Castela e Leão com Portugal. Do casamento do mais velho dos bastardos de Henrique II Trastâmara, D. Afonso Henriques, conde de Gijón e Noreña, com a filha bastarda de D. Fernando I, Dona Isabel, nasce a estirpe dos Noronhas, de imediato elevada ao topo da hierarquia nobiliárquica. Receberam os títulos de Condes de Odemira e de Linhares e, por casamento, assumiram a varonia da Casa de Vila Real¹¹¹.

A campanha do *Africano* por terras de Castela, em prol dos direitos da sua sobrinha, a *Excelente Senhora*, e do trono castelhano, terminou em Toro, precisamente a cidade que mais acolhera os exilados políticos contrários ao Mestre de Avis. Pelo rei português se bateu até ao fim uma das figuras mais emblemáticas na nobreza galega: D. Pedro Álvarez de Sotomayor, o *Pedro Madruga* das lendas e cantares, Senhor da Casa de Sotomayor e

¹⁰⁶J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, I, pp. 202-203.

¹⁰⁷Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 1-41.

¹⁰⁸F.R. FERNANDES, *Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal*, pp. 101-115.

¹⁰⁹E. PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De las viejas estirpes a las nuevas hidalguías. El entramado nobiliário gallego al fin de la Edad Media*, “Nalgures”, III (2006), pp. 265-280.

¹¹⁰Quando D. Fernando I morre, em 1383, os Teles de Meneses detinham os títulos condaís de Barcelos, Viana e Neiva, os Castro o de Arraiolos, os Manuel o de Seia, e João Fernandes Andeiro o de Ourém (cfr, A.B. FREIRE, *Brasões*, I, pp. 245-252).

¹¹¹IDEM, *ibidem*, I, pp. 43-48.

Visconde de Tuy, a quem D. Afonso V concedeu o título de Conde de Caminha, em 1476¹¹².

Resta-me, para terminar este ponto, analisar duas linhagens que propositadamente deixei para o final: os Teles e os Limas. As duas de elevada origem e presentes ao longo de toda a cronologia, e ambas, também, com um percurso deveras singular, marcado pela intermitência da sua presença em Portugal, onde acabaram por se fixar.

Os Limas, provenientes da Galiza, descendiam de um Árias Calvo, que confirma diplomas de Afonso VII entre 1125 e 1151, alguns como tenente de Lima. Deveria ter alguma importância, uma vez que os seus dois filhos, João e Fernão Árias casaram, o primeiro e mais velho, com uma filha de D. Fernão Peres de Trava, e o segundo com uma prima co-irmã da anterior, filha de D. Bermudo Peres de Trava e da Infanta Dona Urraca Henriques, irmã do nosso primeiro monarca. Casado com uma sobrinha de Afonso I, não estranha que Fernão Árias esteja documentado na corte do primo, D. Sancho I, entre 1186 e 1193¹¹³. O seu filho, D. João Fernandes de Lima I foi alferes-mor e mordomo-mor de Afonso IX de Leão, em diversas datas, mas também foi rico-homem de D. Afonso II e alferes e mordomo de D. Sancho II em diversas ocasiões, oscilando assim entre as duas cortes régias¹¹⁴.

Um seu neto homónimo, D. João Fernandes de Lima III, rico-homem da corte de D. Dinis, casou com uma filha de D. João Pires de Aboim, acabando os seus dias ao serviço de Fernando IV de Castela. Aqui terminam habitualmente os genealogistas com os Limas “antigos”, começando os “novos” com Fernão Anes de Lima, um partidário galego do mestre de Avis, que o beneficiou com várias terras, entre as quais a de Valdevez, onde possuiu a torre de Giela, que ainda hoje se pode admirar¹¹⁵. Só que, recentemente, Eduardo Pardo de Guevara reuniu elementos que permitem afirmar que Fernão Anes descenda de um irmão daquele último Lima antigo, ou seja, existe continuidade genealógica¹¹⁶.

Foi o pai de D. Leonel de Lima, figura bem conhecida do século XV, que mereceu o título de Visconde de Vila Nova de Cerveira pelo apoio dado

¹¹²Gaspar MASSÓ, *Pedro Madruga de Soutomayor, Caudillo Feudal*, Santiago de Compostela, Editorial de los Bibliófilos Gallegos, 1975; J. GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media*, pp. 213-265; A.B. FREIRE, *Brasões*, III, pp. 322-324; H. BAQUERO MORENO, *Áreas de Conflito na Fronteira Galaico-Minhota no fim da Idade Média*, in “Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto”, I, Santiago de Compostela, 1984, pp.53-65.

¹¹³M. Ruben GARCÍA ÁLVAREZ, *Los Arias de Galicia y sus relaciones familiares con Fernando II de León y Alfonso I de Portugal*, “Bracara Augusta”, XX/43-44 (Jan.-Jun. 1966), pp. 25-41.

¹¹⁴Todos os dados relativos a esta linhagem foram muito recentemente estudados por mim, num trabalho ainda inédito mas já no prelo (cfr. J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *Os Limas: da Galiza a Giela (Séculos XII a XV)*, in *Casa Nobre. Um património para o futuro*, “2º Congresso Internacional. Actas”, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2010).

¹¹⁵Luís Figueiredo da GUERRA, *Fernão Anes de Lima*, “Archivo Historico Portuguez”, V (1907), pp. 266-271.

¹¹⁶E. PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *Parentesco y Nepotismo. Los arzobispos de Santiago y sus vínculos familiares en los siglos XIV y XV*, in *Los coros de catedrales y monasterios: arte y liturgia*, “Actas del Simposio (A. Coruña, 6-9 de septiembre de 1999”, A Coruña, Fundación Barrié de la Maza, 2001, pp. 67-70.

a D. Afonso V na campanha que terminou em Toro¹¹⁷. Mas este final de século XV, se bem que honroso, não esconde o facto de o afastamento dos Limas dos meios cortesãos, castelhano como português, ao longo de grande parte do século anterior, ter debilitado o estatuto inicial da linhagem.

Os Teles, pelo contrário, mantiveram e, se é possível, acrescentaram-no¹¹⁸. Considerada como uma das sete principais linhagens de Leão e Castela, a par dos Laras, Haros, Cameros, Trava, Castro e Girão, contactam pela primeira vez com Portugal através de D. Afonso Teles, senhor de Meneses e de Albuquerque, que em segundas núpcias casou com uma filha bastarda de D. Sancho I. Os seus filhos frequentaram a corte portuguesa, e o primogénito, D. João Afonso Telo I foi alferes-mor do seu primo D. Afonso III. Teve dois filhos, dos quais o mais velho, D. Rodrigo Anes, casado com uma Soverosa, foi o pai de D. João Afonso Telo II, refugiado em Portugal por desavenças com Sancho IV de Castela: mordomo-mor de D. Dinis recebeu o título de conde e a vila de Barcelos, em grande parte pela sua intervenção nas negociações com a Rainha Dona Maria de Molina, sua prima, que levaram à assinatura do Tratado de Alcañices. Do seu casamento com uma filha bastarda daquele monarca castelhano, teve apenas duas filhas, seguindo esta linha dos Teles, apenas por bastardia, nos já referidos Albuquerque.

Do secundogénito do alferes-mor de D. Afonso III, D. Gonçalo Anes, rico-homem de Castela e casado com uma Lima, nasceu único sucessor D. Afonso Martins Telo, rico-homem em Castela e Portugal, apoiante do Infante D. Afonso nas guerras com D. Dinis. Casou com Dona Berengária Lourenço de Valadares, tia materna de Dona Inês de Castro, e deste casal descendem os dois ramos principais de Teles, mais tarde Teles de Meneses. O filho mais velho, D. Martim Afonso Telo foi pai de D. João Afonso Telo V, Almirante e 6.º Conde de Barcelos, que morreu em Aljubarrota combatendo por João I de Castela; Dona Maria Teles, casou com o Infante D. João, filho primogénito de D. Pedro I e Inês de Castro; Dona Leonor Teles foi Rainha de Portugal, como mulher de D. Fernando I; D. Gonçalo Teles foi o 1.º Conde de Neiva, casado com Dona Maria de Albuquerque, progenitores dos Meneses (Condes de Cantanhede, Marqueses de Marialva, Condes da Ericeira e Marqueses de Lourical).

O filho segundo de D. Afonso Martins Telo chamou-se D. João Afonso Telo III, e foi o 4.º Conde de Barcelos e 1.º Conde Ourém. Grande valido de D. Pedro I (alferes e mordomo-mor) e de D. Fernando – era tio de Leonor Teles—, casou com uma filha do rico-homem D. Lopo Fernandes Pacheco, de quem teve D. Afonso Telo de Meneses, 5.º Conde de Barcelos, falecido na juventude sem descendência, e D. João Afonso Telo IV, 1.º Conde de Viana, assassinado em 1384 pelos seus vassallos por seguir o partido

¹¹⁷H. BAQUERO MORENO, *Um Fidalgo Minhoto de Ascendência Galega: Leonel de Lima*, in “I Colóquio Galaico-Minhoto. Actas”, Ponte de Lima, 1981, pp. 259-274; J. A. SOITTO MAYOR PIZARRÓ, *D. Leonel de Lima (c. 1403-1495)*, in *Figuras Limianas* (Coord. João Gomes d’Abreu Lima), Ponte de Lima, Câmara Municipal, 2008, pp. 34-36.

¹¹⁸Ver a maior parte dos principais dados indicados sobre os Teles em A. B. FREIRE, *Brasões*, I, pp. 101-138.

castelhano. A sua viúva, Dona Mor de Portocarreiro, filha do mordomo-mor da Rainha Dona Beatriz, e o seu único filho, rumaram em 1385 para o exílio castelhano, tendo vivido, com toda a probabilidade, em Toro.

Aquele filho chamava-se D. Pedro de Meneses e mereceu as honras de uma *Crónica* de Zurara. Regressado a Portugal por volta de 1403, foi o primeiro Capitão-mor de Ceuta, 1.º Conde de Vila Real e 2.º Conde de Viana. O seu filho bastardo, D. Duarte de Meneses, cujos feitos também foram vertidos em crónica por Gomes Eanes de Zurara, deu continuação ao condado de Viana e foi o progenitor dos Condes de Valença, de Loulé e de Tarouca. A filha primogénita herdeira de D. Pedro, Dona Beatriz de Meneses, casou com D. Fernando de Noronha, 2º Conde de Vila Real, de quem procederam os restantes condes, Marqueses e Duques de Vila Real, Duques de Caminha e restantes títulos desta grande casa¹¹⁹.

Uma pequena nota final. Entre 1384 e 1387, D. João I premiou D. Nuno Álvares Pereira com os títulos de Conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos. Como se sabe, a sua única filha casou com o bastardo régio, D. Afonso, que recebera o condado de Neiva e veio a ser o 1º Duque de Bragança, a casa que reuniu, desde o início, uma grande parte dos bens que outrora fora património dos Teles de Meneses. Em 1489, D. João II deu ao 3º Conde de Vila Real o condado de Ourém, confiscado havia poucos anos ao 3º Duque de Bragança, degolado em 1483. Um mês depois fê-lo 1º Marquês de Vila Real, conservando D. Pedro de Meneses o condado de Ourém até à sua morte, em 1499, uma vez que D. Manuel I, quando reintegrou os Braganças na posse dos seus bens, declarara expressamente que Ourém ficava excluída. Quando, por volta de 1518-1519, o mesmo D. Manuel ordena a construção da belíssima Sala dos Brasões do Palácio de Sintra, o primeiro escudo-de-armas ali pintado, depois dos do Rei e dos Infantes, é o dos Noronha e Meneses. Em 1585 Filipe II elevou Vila Real a Ducado e em 1620 Filipe III concedeu-lhes o Ducado de Caminha. Finalmente, a 29 de Agosto de 1641, e como se contou no início, a Casa dos Duques de Vila Real foi “degolada” no cadafalso da Praça da Ribeira.

5. CONCLUSÕES

O percurso que nos levou ao longo dos séculos XII ao XV por terras de Portugal e Castela chega ao final. Através das vidas de Infantes e princesas, de ricos-homens e trovadores, até de “cavaleiros-andantes” —uns afortunados, por certo, e outros menos felizes, seguramente—, de ambiciosos e volúveis como de vassalos leais. Nobres de velha cepa com outros menos antigos, ou mesmo recentes, mas todos irmanados por um traço comum: num certo momento das suas vidas partiram para outro reino.

¹¹⁹Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

Entre estes dois séculos a nobreza peninsular estruturou-se, desenvolveu-se e adaptou-se, melhor ou pior, à estruturação e desenvolvimento do poder régio. Foi essa dialéctica que gerou alianças e conflitos, e, por fim, adaptações mútuas, que se desenrola num espaço também ele dinâmico, ondulando em torno de uma fronteira cuja marcha acabará por se aproximar inexoravelmente do Mar. Pelo caminho, alguns indivíduos, ou até famílias, seguiram destinos que os afastaram do seu berço original, lançando raízes noutros espaços políticos.

Resta saber se, para a nobreza medieval peninsular, a Hispânia corporizou uma geografia retalhada por fronteiras, cristãs ou muçulmanas, ou antes um espaço global, onde as fidelidades e traições se esbatiam perante os interesses comuns ao grupo e à linhagem, ou às simples ambições pessoais.

A perspectiva de longa duração, assumida desde o início, permite reforçar a conclusão tirada pelo Professor José Mattoso nos seus trabalhos, ou seja, o fluxo de nobres entrados em Portugal, sobretudo provenientes da Galiza, intenso ao longo do século XII, decaiu depois gradualmente a partir do início do século XIII, não só em número mas também no nível do seu estatuto¹²⁰. Pelo contrário, os nobres portugueses não saem senão raramente até ao final do reinado de D. Sancho I, mas depois com um ritmo sempre continuado até meados do século XIV, e com um “pico” de intensidade na crise que leva à deposição de D. Sancho II. Depois, e até ao final do século XV, e pese embora o facto de as trocas serem equilibradas durante as mudanças dinásticas Trastâmara-Avis, globalmente são sempre mais numerosas as saídas para Castela.

Quanto às motivações, aquela perspectiva também permite, creio eu, desvalorizar a questão dos filhos segundos, uma vez que os factores de natureza política parecem ser amplamente maioritários. E mesmo que se aceite a existência de deserdados, não eram seguramente os que foram beneficiados pelos *repartimientos* andaluzes, que depois venderam os bens recebidos e voltaram para Portugal. Aliás, o elevado estatuto dos nobres que entram em Portugal, muitos deles chefes de linhagem, parece comprovar esta ideia. Com fortes ligações familiares dentro do grupo da alta nobreza de corte, a sua inserção neste meio fazia-se com grande normalidade, a mesma com que podiam depois regressar a Castela, o que não aconteceria se ali não tivessem um património razoável.

A facilidade com que os nobres dos dois reinos circulam de um lado para o outro da fronteira mantém-se sem grandes alterações praticamente até ao final do século XIV, se bem que a partir dos meados desta centúria, e pela coincidência de dois monarcas particularmente violentos no trono de Castela e de Portugal, os exílios não garantam a segurança.

A alteração mais evidente, porém, e directamente articulada com a questão anterior, prende-se sobretudo com a confiscação de bens. Com efeito, e até esta altura, um rico-homem servia um monarca durante uma série de

¹²⁰J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, pp. 319-339.

anos, como tenente de uma terra e mesmo como alferes ou mordomo, e depois, por desavenças ou outros motivos, partia para o reino vizinho, onde era recebido com as honras devidas ao seu estatuto, não raro com as mesmas funções áulicas. Meses ou poucos anos depois voltava ao reino de origem, e repetia-se a mesma situação sem que os seus bens fossem alvo de qualquer confiscação. Os casos durante os séculos XII a XIV são suficientemente abundantes para se perceber a sua aceitação pela sociedade cortesã e, sobretudo, pelos monarcas, sendo exemplar a esse título o comportamento dos Braganços, dos Limas ou dos Teles. A partir de agora as represálias pelo desserviço e a quebra da fidelidade ao rei pagavam-se com a vida, no pior dos casos, ou com o confisco do património; o que gerava situações complicadas em caso de retorno à graça régia.

Tudo aponta, assim, para a importância determinante dos factores políticos sobre qualquer outra razão que explique a circulação de nobres entre os vários reinos. Todavia, não parece que a questão se possa colocar em termos tão simples. Creio, aliás, que esta última conclusão se deve articular com a primeira, isto é, com o desequilíbrio entre o ritmo de saídas e de entradas verificado *De e Para Portugal*, e, acrescente-se agora, com o processo de centralização do poder régio vivido nas duas Coroas ao longo da cronologia.

A questão é bem conhecida e foi aflorada por diversas vezes ao longo desta análise. Porventura mais precoce em Portugal, mas seguramente com mais sobressaltos em Castela, os monarcas portugueses tiveram também, há que admiti-lo, alguma sorte pelo seu lado, como seja uma conclusão rápida da *Reconquista* sem guerras posteriores de fronteira, uma série de reinados longos e sem menoridades régias significativas, bem como um número quase sempre reduzido de “Infantes segundos”, face a uma alta nobreza com patrimónios pouco avultados e que se extinguiu em grande parte, por razões biológicas, no final do século XIII¹²¹. Em Castela a realidade foi muito diferente, sobretudo a partir da década de 1270.

Mas a sorte, como diz o povo, também se procura. Ao contrário do que sucedeu no reino vizinho, os reis portugueses tiveram o cuidado de não deixar alterar essa situação – claramente favorecida pelas sucessivas partilhas hereditárias –, impedindo a criação de senhorios a sul do rio Tejo, como D.Dinis fez com a recuperação dos do irmão, promovendo inquirições às sonegações das rendas régias ou a desamortização dos bens do clero e, desde muito cedo, terem iniciado o controle das ordens militares. Política que a mudança dinástica não alterou.

Avareza, para uns, e sensatez para outros, o certo é que a dinastia de Avis controlou por completo aquelas milícias através dos membros da Família Real, e foi de uma parcimónia absoluta na concessão de títulos de nobreza, evitando a consequente criação de mais casas senhoriais. Poucos saberão que em toda a Europa, e até ao século XIX, os reis portugueses foram os únicos

¹²¹J.A. SOTTO MAYOR PIZARRO, *D.Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII*, pp.90-101.

que não criaram um único duque que não fosse parente próximo dos monarcas, princípio que, mesmo na Monarquia Liberal, raras vezes foi infringido, e mesmo os títulos de marquês só foram concedidos a um grupo muito restrito de famílias.

Em Castela, pense-se na revolta da nobreza de 1271, nas minorias de Fernando IV e de Afonso XI, nas doações feitas por Afonso XI aos seus bastardos, seguidas das mercês concedidas pela maioria dos reis trastâmaras, as benesses desmesuradas feitas a alguns exilados políticos ou os numerosos títulos criados. Só podiam justificar a cobiça e a ambição quase doentia dos filhos segundos da Casa Real, a jactância dos Infantes de Aragão, as disputas pelos mestrados das Ordens Militares concedidas aos múltiplos validos régios, as guerras civis, etc.

A decisão de optar por Portugal ou por Castela, salvo em situações de desespero ou para liminarmente salvar a vida, não deve ter sido muito difícil!

* * *

Uma reflexão a propósito de uma interrogação final: a nobreza medieval peninsular tinha um sentimento de “nacionalidade”? Ao longo desta análise assistimos a emigrações e a imigrações, ou antes, pergunto, e sobretudo em certos momentos, a simples migrações de membros de um grupo para quem a transposição de uma fronteira ou a mudança de senhor não parece ter tido grande significado? Se, como já afirmou José Mattoso, até ao final do século XIV não parece haver indícios desse sentimento¹²², Aljubarrota ou o século XV alteraram essa atitude?

Na cripta da *Capilla Real* de Granada, num pequeno ataúde, repousam os restos mortais do Infante D. Miguel da Paz, nascido em Zaragoza em 1498 e falecido em Granada em 1500. Filho primogénito de D. Manuel I de Portugal e de Dona Isabel, a filha mais velha dos Reis Católicos, fora reconhecido ao nascer como herdeiro das Coroas de Castela, Aragão e Portugal.

Poucos anos antes, a 13 de Julho de 1491, num desastroso acidente equestre, falecera o único filho legítimo de D. João II, o Infante D. Afonso, havia pouco tempo casado com todo o fausto com aquela mesma Princesa Dona Isabel: também eram os herdeiros presuntivos daquelas três Coroas.

Quando nos interrogamos sobre a noção que a nobreza medieval tinha de nacionalidade, em função das suas permanentes migrações entre reinos, das suas alianças com linhagens externas, com um modelo ideológico de parentesco global entre os nobres peninsulares, que noção, repito, poderiam

¹²²J. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*, p. 338.

ter quando, nos finais da Idade Média, os seus respectivos monarcas tudo fizeram para unir sob uma mesma Coroa todos os reinos da velha *Hispania Medieval*?

Data de recepção do artigo: dezembro de 2009.

Data de aceitação e versão final: setembro 2010.